



Comissão Nacional de Política Indigenista  
13ª Reunião Ordinária  
Brasília, 01 a 02 de junho de 2010.

## **13ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista**

A 13ª Reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, realizada entre os dias 01 e 02 de junho de 2010, no Salão Negro do Ministério da Justiça (dia 01) e também na sala de reuniões do Centro Cultural Banco do Brasil (dia 02), onde está funcionando a Presidência da República, teve como pauta os seguintes pontos:

### **Dia 01 de junho**

- Relato sobre visita aos Cinta Larga
- Relato das subcomissões

### **Tarde de 01 de junho**

- Julgamento do pedido de *habeas corpus* do cacique Babau

### **Manhã do dia 02 de junho**

- Conclusão dos relatos das subcomissões
- Proposta de seminário sobre a reestruturação da Funai \_

### **Tarde do dia 02 de junho**

- Reunião da CNPI com o Presidente da República e ministros

## **13ª Reunião Ordinária da CNPI**

### **Manhã do dia 01 de junho**

Dando início à reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, e conforme a pauta da 13ª Reunião Ordinária, o presidente Márcio Meira convidou os membros a iniciarem o relato das subcomissões. Antes disso, o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, André Araújo, solicitou que um outro servidor deste Ministério, Rui Barbosa de Sousa Junior, possa integrar a CNPI como convidado permanente, esclarecendo que o mesmo atua em uma das duas secretarias do órgão que desenvolve ações junto aos povos indígenas.

A propósito, o presidente informou que o assunto seria deliberado mais adiante, aproveitando a oportunidade para solicitar que o Sr. Mauro Noletto, do Ministério da Justiça, se apresentasse, o qual informou que foi recentemente designado como o novo representante do



ministério para acompanhar as atividades da CNPI. Apresentou-se ainda a representante da Casa Civil, Milene Souto Maior de Viveiros, que passará a ser titular na Comissão, enquanto que o Sr. Celso Correa continuará a atuar como suplente. Foi informado por Gersem Baniwa, do Ministério da Educação, que o novo titular do referido ministério será o senhor André Lázaro, que por motivos de agenda não vai poder participar desta reunião. Enfim, apresentou-se o indígena do povo Kaingang, Marcio Menegoto, suplente de Anderson Suruí, convidado da Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude.

Ainda antes de dar início ao relato das subcomissões, foi solicitado pela bancada indígena que seus integrantes possam se deslocar para acompanhar o julgamento do *habeas corpus* do cacique Babau Tupinambá, no Superior Tribunal Federal, ao que o presidente solicitou que dessem andamento aos trabalhos e tomassem essa decisão no final da manhã. Claudia Calório do Ministério do Meio Ambiente solicitou espaço para fazer informe sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, ao que o presidente Márcio solicitou que as informações sejam repassadas a fim de serem incluídas na apresentação que será feita na reunião com o presidente da República.

## **Relato das Subcomissões**

### **Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania**

Dando início ao relato da subcomissão, foi definido que primeiro seria feita a apresentação quanto aos temas discutidos na última reunião, bem como sobre a visita aos Cinta Larga. Nesse sentido o representante do Ministério da Justiça leu a ata da reunião realizada pela subcomissão, na qual consta que “o primeiro ponto de discussão tratou dos **conflitos que ocorrem na reserva Roosevelt** - onde habita o povo Cinta Larga -, em razão da presença de garimpos ilegais e da extração também ilegal de madeira”. Tendo a seguir sido feito relato por Gilberto Azanha/CTI, quanto aos fatos que observou em visita recente que fez à reserva, bem como no sentido de que “estão avançadas as tratativas feitas entre FUNAI, Polícia Federal e as comunidades indígenas para que seja devolvida ao povo Cinta Larga a tarefa de vigilância das áreas da reserva, de modo a evitar os atuais constrangimentos pelos quais têm passado os índios durante as freqüentes revistas nas bases montadas nos limites da área demarcada”. Gilberto Azanha informou ainda que, “em reunião realizada na cidade



de Cacoal-RO, nos dias 12 e 13 de maio deste ano de 2010, houve avanço na negociação que deverá garantir a saída dos garimpeiros ilegais da área, entre outros motivos, pela condução adequada feita pelo Delegado da Polícia Federal, Mauro Espósito, que comanda a Operação Roosevelt”.

Ainda de acordo com o que consta na ata da subcomissão, “embora reconheça que a Operação Roosevelt está funcionando, Azanha compartilhou com todos o entendimento de que não basta acabar com a atividade dos garimpeiros, pois é necessário erradicar a atividade de extração ilegal de madeira da reserva, algo que envolve não apenas reprimir a retirada de madeira, mas também eliminar os intermediários que comercializam e serram a madeira extraída de forma ilegal, principalmente nas serrarias da cidade de Pacarama - RO.

A propósito dessas considerações, o Coronel Eustáquio/GSI, ponderou que “essas informações novas trazidas por Gilberto Azanha não deveriam constar do Relatório da Subcomissão de Justiça e Cidadania, elaborado a propósito da visita ao local feita pelos integrantes da Subcomissão. Que essas novas informações deveriam constar de um documento anexo ao Relatório da visita, ao qual também poderiam ser adicionadas outras informações com as últimas atualizações acerca do problema”. Sendo que, ao final da discussão deste ponto, decidiu-se encaminhar para os órgãos diretamente relacionados ao caso, um conjunto de pedidos de esclarecimento e de apresentação de documentos (anexo), o que foi aceito por todos.

Prosseguindo na leitura, foi informado que a reunião da Subcomissão tratou ainda da **questão Tupinambá** (cacique Babau), tendo sido feito relato acerca das circunstâncias em se deu a sua prisão, a respeito do que os representantes “cobraram medidas concretas da CNPI para denunciar estes e outros atos de criminalização das lideranças indígenas na região e a devida apuração dos atos ilegais e/ou arbitrários cometidos por agentes públicos nesse episódio, especialmente agentes da Polícia Federal na Bahia”.

Um outro ponto tratado pela Subcomissão foi a questão do **PL do Estatuto dos Povos Indígenas e PL da Mineração**, sendo que, aproveitando a presença da representante da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Mariana Levy, a subcomissão discutiu a tramitação dos projetos de Mineração em terras indígenas e da proposta encaminhada pelo Ministro Tarso Genro ao Congresso Nacional, com as conclusões elaboradas pela CNPI sobre o novo Estatuto dos Povos Indígenas.



Em face da avaliação no sentido de que “os projetos estão com sua tramitação comprometida ou prejudicada pela falta de empenho do próprio Governo, considerada também a situação atual de iminência da campanha eleitoral de 2010”, a Subcomissão deliberou por trazer o assunto à Plenária e relatar a situação diretamente ao Presidente Lula quando de sua participação na Plenária final do dia 2 de junho de 2010.

A Subcomissão discutiu ainda o **PL 3571/2008 - Conselho Nacional de Política Indigenista**, a respeito do qual se discutiu que o projeto se encontra em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, após o que deverá seguir para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. E de acordo com a ata “ficou claro que a tramitação desse projeto independe da derrota sofrida na votação de uma emenda apresentada pelo Senador Romero Jucá a uma Medida Provisória, com texto idêntico e a mesma finalidade, qual seja, criar o Conselho Nacional de Política Indigenista. Contrariamente ao que vem sendo alardeado por pessoas contrárias ao Projeto, a derrota da Emenda do Senador Jucá não traz qualquer prejuízo à tramitação do PL 3571/08, assim como não teve o poder de extinguir a Comissão Nacional de Política Indigenista, como também tem sido erroneamente divulgado”.

Finalmente, a Subcomissão tratou ainda sobre o Regimento Interno da Funai, sobre o que “o representante da Funai na Subcomissão informou a todos que falta a própria CNPI definir representantes para integrar um grupo de trabalho que auxilie na elaboração desse novo Regimento Interno; e que a criação dessa equipe inclusive foi objeto de uma Resolução da CNPI, durante a reunião ordinária do mês de março de 2010”. Tendo sido informado também que “a Funai vai realizar 10 seminários regionais para explicar para os índios e funcionários da Funai sobre a reestruturação, de modo a minimizar os conflitos que têm ocorrido, principalmente por falta de informações confiáveis e corretas, além do que, devido à falta desse novo regimento, parte da nova estrutura do órgão ainda não foi efetivamente implantada”.

Ao final da leitura da ata, foi convidado Saulo Feitosa/CIMI, integrante da subcomissão, a fim de fazer um breve relato sobre a visita feita aos Cinta Larga, o qual afirmou que a visita à área teve como objetivo a apresentação de recomendações por parte da subcomissão com respeito à situação lá verificada, no entanto, na presente reunião vão somente fazer o relato e numa outra oportunidade serão apresentadas as recomendações. Relatou a seguir que a visita aos Cinta Larga foi decidida na 5ª



Reunião Extraordinária da CNPI, realizada no estado do Acre, entre os dias 30/09/09 e 02/10/09, quando foi recebida a visita de uma comitiva de lideranças Cinta Larga, e posteriormente na 12ª Reunião Ordinária, realizada entre os dias 17 e 20 de março de 2010, quando ficou definida a data em que se realizaria a visita. Sendo que, em prosseguimento à referida reunião, o encaminhamento proposto é que a comissão que fez a visita a Rondônia realize uma nova reunião, a se realizar em Brasília, entre os dias 10 e 11 de agosto de 2010, antes do que necessitam que seja feito levantamento de informações sobre os Cinta Larga. Solicitando-se, portanto, que o presidente encaminhe requerimento aos órgãos que desenvolvem ações junto a esse povo, ressaltando que na reunião foram apresentadas denúncias e notícias de ações que estão sendo feitas para superar o problema, sobre as quais também gostariam de ter maiores informações.

Saulo Feitosa informou que a comissão chegou ao entendimento de que é importante terem acesso aos seguintes documentos: cópias das atas das reuniões realizadas pelos órgãos Ministério da Justiça, de Minas e Energia e Casa Civil entre 2003 e 2010, com a presença ou não de representantes do povo; cópias de planilhas orçamentárias do MJ desde 2002, quando da aprovação do Programa Pro Cinta Larga; cópias dos relatórios apresentados pelo Grupo Tarefa da Funai durante todo o período de atuação do mesmo; cópias dos autos jurídicos de nomeação dos membros do GO por parte dos respectivos ministérios desde a sua criação; cópias de todas as atas de reuniões realizadas entre os índios, GO e Funai, principalmente as atas das reuniões onde se discutiu o bombardeamento de aldeias e região de garimpo por helicóptero; cópias de todos os relatórios de operações policiais no interior da Terra Cinta Larga, inclusive as recentes de 2008/2009 referentes às operações na aldeia 14 de abril e na aldeia Apurinã, a destruição da ponte da aldeia Paracanã, bem como dos relatórios de inteligência por ventura já produzidos pela Operação Roosevelt até o presente momento; cópia do Projeto Laje (versão atualizada/Funai); cópia dos pareceres do DNPM sobre potencialidades da jazida Roosevelt.

Concluindo, informou ainda que na próxima reunião pretendem apresentar o relatório completo da visita, bem como fazer as respectivas recomendações. Após o que o presidente Márcio Meira consultou a plenária, ficando aprovados como **encaminhamentos:** 1) a **aprovação da proposta de que seja feita solicitação por parte da CNPI quando às informações listadas pela subcomissão, bem como 2) aprovação da proposta de que seja realizada reunião da comissão que foi aos Cinta Larga nos dias 10 e 11 de agosto de 2010, em Brasília.**



Concluindo, Simone Karipuna, da Subcomissão de Etnodesenvolvimento, informou que também participaram da visita aos Cinta Larga e gostariam de fazer o relato do que foi constatado, como é a realidade local, apresentando proposições sobre o assunto. No entanto, devido à exigüidade de tempo, foi definido que a apresentação será feita na próxima reunião.

### **Subcomissão de Etnodesenvolvimento**

Dando prosseguimento, a relatora Simone Karipuna informou que a Subcomissão de Etnodesenvolvimento não conseguiu se reunir, uma vez que só esteve presente a bancada indígena e nenhum representante de governo, o que deixou os representantes indígenas muito tristes e se perguntando o que está acontecendo, sendo que ficaram aguardando até as 16 horas e não compareceu nenhum membro de governo, nem foi dada explicação sobre as ausências. Ressaltando inclusive que em uma reunião anterior foi discutida a necessidade de uma maior participação por parte do governo e convidados da subcomissão. Sendo que, seja quando estiveram em Raposa seja em outras localidades, sempre estão sendo cobrados quanto ao desenvolvimento de projetos nessa área e não conseguem avançar devido à não participação do governo.

Luis Titiah, que também integra a subcomissão, ressaltou que de fato não estão conseguindo avançar, que foi assumido compromisso junto aos Cinta Larga nessa área, mas dessa forma não está funcionando.

Diante desses relatos, o presidente solicitou que os representantes de governo que se encontravam presentes explicassem o que aconteceu, ao que André Araújo/MDA informou que esta é a primeira vez que isso acontece na subcomissão, explicando ainda que não pode comparecer em razão de problemas pessoais. A propósito dessa situação, solicita que se decida a questão dos suplentes, o que seria uma alternativa, pois no caso de os titulares não poderem participar poderia se convidar os suplentes. Com respeito ao representante do Ministério de Meio Ambiente, Cláudia Calório afirmou que Lylia Galetti se encontra doente; Henrique Cavalleiro, do MDS, afirmou que de fato houve uma coincidência com relação a problemas de saúde, o que também ocorreu com Ivan Stibich/Funai, que chegou de viagem e se encontrava adoentado, destacando que isso nunca ocorreu antes, a subcomissão sempre se reúne e tem discussões muito proveitosas.



Como encaminhamento para essa situação, a representante indígena Simone Karipuna propôs que deste momento em diante os convidados, assim como representantes de outros setores da Funai que têm a ver com a questão possam participar das reuniões das subcomissões, como é o caso dos técnicos da Educação que no caso têm relação com o tema etnodesenvolvimento, e outros. A propósito, Gersem Baniwa/MEC propôs que se defina que os órgãos de governo possam compor uma equipe para acompanhar a CNPI, ao invés de apenas uma pessoa estar autorizada a participar das reuniões, pois no caso de o titular e suplente não poderem participar haveria a possibilidade de designar outra/as pessoas que estejam acompanhando o assunto.

A respeito das propostas, o presidente afirmou que podem consultar o regimento a fim de verificar se existe essa possibilidade, mas ao que se recorda não há nenhum impedimento para que isso ocorra. Diante disso, propõe que esse **encaminhamento** passe a valer também para as outras subcomissões, atendendo tanto à proposta de André Araújo como de Gersem Baniwa, **no sentido de que, quando necessário, outros técnicos que não os titulares e suplentes da CNPI/convidados possam participar das reuniões das subcomissões**. No entanto, solicitou que os nomes desses técnicos sejam indicados para a Secretaria Executiva o quanto antes, com vistas a se formalizar a definição dos nomes das pessoas que poderão participar dos trabalhos das subcomissões.

### **Subcomissão de Políticas Públicas, Orçamento e Gestão**

Olga Novion relatou a discussão mantida na subcomissão, conforme a ata da reunião, informando que foi decidido solicitar que sejam incorporados à discussão no âmbito da CNPI os seguintes temas:

#### **1) Artesanato indígena**

- Como será tratada a questão do artesanato indígena, entendido como fonte de renda, salvaguarda da memória imaterial (técnicas de elaboração das peças) e propriedade intelectual (registro e direitos) das peças em geral e principalmente as que se destinam à venda.
- Desativação de lojas Artíndia, distribuição, venda e certificação das peças.



## 2) Regimento Interno

- Na 12ª da CNPI foi criada comissão para acompanhar o regimento e apresentar proposta de agenda das oficinas. Destacando que não houve convocatória dos representantes indígenas desta subcomissão e solicitando esclarecimentos sobre o assunto.

3) Metodologia de elaboração e **Relatório sobre a Consulta aos órgãos integrantes da CNPI** sobre as ações do governo federal relacionadas às questões indígenas:

a) a Sra. Fabiana Melo, coordenadora geral de Projetos Especiais da Funai informou que o balanço da Agenda Social indígena está pronto e será enviado para avaliação e sugestões aos membros desta subcomissão e da CNPI;

b) Foi lido o balanço geral, a ser apresentado ao Sr. Presidente da República, em resposta às reivindicações feitas em junho de 2008, data de sua visita a esta CNPI, e aprovados o itens correspondentes a esta subcomissão.

### **Subcomissão de acompanhamento de empreendimentos que afetam terras indígenas**

O representante indígena Brasília Priprá informou que na reunião da Subcomissão foi feita inicialmente avaliação sobre o primeiro Seminário Regional sobre Empreendimentos em Terras Indígenas, realizado em Fortaleza – Ceará, em seguida tendo se discutido sobre o reajuste no cronograma de realização dos próximos seminários, feito a partir da informação de que, devido ao contingenciamento de recursos, não seria possível prosseguir com o cronograma de 10 oficinas em 2010 definido inicialmente. Foi informado que a subcomissão avalia como positiva a realização do 1º Seminário regional de Fortaleza, tendo ocorrido uma rica troca de informações entre representantes indígenas e instituições envolvidas na temática.

Com relação à suspensão da realização dos demais seminários, conforme informado pela Secretaria Executiva, a subcomissão propôs que, levando em conta a realização do primeiro seminário realizado em Fortaleza, se garanta a realização de pelo menos mais 4 seminários regionais em 2010, sendo eles em Maceió (27 e 28 de julho); Florianópolis (10 e 11 de agosto); Vitória (setembro); São Sebastião (outubro, data a definir).



O entendimento da subcomissão, conforme constante em ata, é que, para otimizar a participação nos seminários, de fato deverão ser feitos ajustes com relação ao número de convidados, representantes indígenas, bem como se fazer a adequação no programa no que se refere ao período e metodologia. Propondo-se ainda que os outros 5 seminários, a serem realizados na Amazônia Legal, venham a ocorrer em 2011. A fim de viabilizar a realização de mais 4 seminários, propõem os seguintes ajustes: redução no período da programação, de forma que o evento passe a se realizar em 2 dias ao invés de 3; redução no número de convidados, de 30 para 10.

A subcomissão propôs ainda que o convite às instituições seja expedido pelo Ministério da Justiça, cabendo aos indígenas a indicação dos órgãos e representantes, esclarecendo que esse encaminhamento foi feito levando em conta os resultados do primeiro seminário, quando os convites foram feitos localmente, porém sem o mesmo peso político.

Conforme consta da ata apresentada pela subcomissão, o representante do Ministério da Justiça informou que o Secretário Executivo do ministério, o Sr. Rafael Favetti, surpreendeu-se com a apresentação do planejamento da CNPI na semana passada, já que foi apresentada, além da realização das reuniões da CNPI, a proposta de realização de 10 seminários regionais. Sendo que o planejamento orçamentário do Ministério aprovado não prevê o apoio para os seminários, diante do que teria sugerido que fossem feitos ajustes para viabilizar a realização dos mesmos. Ao que o representante da sociedade civil, Gilberto Azanha, teria argumentado que esta é uma demanda apresentada ainda em 2009, e portanto já deveria estar contemplada no orçamento do referido órgão.

Concluindo o relato, Brasília Priprá informou que, de acordo com a proposta elaborada pela subcomissão e apresentada ao representante da Secretaria Executiva do MJ, o senhor Noletto se comprometeu a articular, no âmbito do ministério, o apoio necessário para viabilizar a realização dos 4 seminários que foram propostos ainda para este ano, ficando os outros 5 para 2011.

Com a palavra aberta para comentários, Ivan Bribis afirmou que tiveram discussão prévia na qual foi solicitado que o seminário relativo à região Sul ocorra no Rio Grande do Sul, onde há mais caciques e aldeias, e também por estarem mantendo discussão sobre esse assunto, podendo ocorrer em Florianópolis, Passo Fundo ou Porto Alegre. Brasília Priprá confirmou a informação, afirmando que poucos eventos são feitos no Rio Grande do Sul e de fato seria importante garantir a participação dos povos que lá vivem. Francisca Navantino afirmou que seria necessário fazer um



seminário específico para o estado de Mato Grosso, haja vista os sérios problemas relacionados à implementação de vários projetos com impactos sobre as comunidades indígenas, questionando a subcomissão com relação aos critérios utilizados para se definir as prioridades com relação a quais os locais deveriam ser contemplados ainda em 2010. Afirmando que seria imprescindível não só realizar como priorizar a realização do seminário nesse estado.

O representante indígena e membro da subcomissão, Weibe Tapeba, informou que a prioridade foi definida de acordo com o número de empreendimentos em cada região, explicando que o corte foi feito tendo em vista o contingenciamento orçamentário no Ministério da Justiça, inclusive considerando que o evento em questão não está previsto no orçamento do órgão para 2010. Desta forma a subcomissão fez uma proposta visando a não deixar de levar adiante essa iniciativa, que já teve início no Nordeste, destacando não saber se será possível garantir ao menos a realização dos 4 seminários que acabavam de ser propostos ainda para 2010.

Marcos Xucuru, outro integrante da subcomissão, afirmou que estão tentando lidar com essa questão do contingenciamento, e que pelo que já levantaram verifica-se que há empreendimentos em todo o país, alguns dos quais eram desconhecidos pelos próprios povos afetados. Não sendo possível fazer um acompanhamento por estado, uma vez que neste momento estão apenas fazendo um diagnóstico, havendo inclusive vários outros eventos que estão dificultando a realização dos seminários.

Com a palavra, o presidente Márcio afirmou que de fato houve corte no orçamento do Ministério da Justiça que afetou a CNPI, sendo que já estava planejada a consulta da PNGATI e está prevista ainda a realização dos seminários sobre a reestruturação da Funai, com o que de fato foi preciso fazer cortes.

Lourenço Krikati pediu a palavra a fim de fazer relato acerca de um empreendimento que está se instalando no estado do Maranhão, solicitando que seja feita audiência pública sobre o assunto, a qual deverá contar com a participação da Funai, que até o momento não foi considerada no processo.

Passando aos encaminhamentos, o presidente informou que está sendo avaliada a possibilidade de se realizar mais 4 seminários ainda este ano, conforme proposto, no entanto sugere que seja definida uma agenda que se inicie em 2010 e continue em 2011. Devendo essa agenda



considerar as datas dos seminários sobre a reestruturação, bem como já deixar marcados os seminários sobre empreendimentos a ocorrer em 2011. Ficando aprovado o **encaminhamento** no sentido de que, diante das preocupações expostas, 1) **sejam realizados os 4 seminários propostos** e 2) **seja definida a agenda de seminários para 2011**, visando a atender a todas as regiões.

Francisca Navantino afirmou que só concorda com a aprovação do encaminhamento caso seja elaborado um cronograma de todas as oficinas, a ocorrerem em 2010 e em 2011, de forma que possa informar na sua região ao certo o compromisso de que será efetivamente realizado o seminário em Mato Grosso no próximo ano. Acatando a ressalva, o presidente considerou aprovada a proposta da subcomissão, solicitando que seja feita a alteração no documento que foi apresentado pela subcomissão, de forma que possam todos sair com esse documento em mãos, já alterado.

#### **Subcomissão de Saúde**

O representante indígena Arão Guajajara fez o relato da subcomissão, informando que foram detectados problemas na transição da Funasa para a Secretaria, especialmente em dois aspectos: quanto aos cargos DAS, dos quais a Funasa não quer abrir mão, e quanto aos recursos da saúde indígena, havendo resistência por parte do presidente da Funasa, Sr. Faustino. Foi levantado ainda um outro problema que está sendo verificado nas diferentes regiões do país, no sentido de que a Funasa tem se recusado a fazer o atendimento dos indígenas, informando que isso cabe agora à Secretaria. Diante do que solicitam que sejam tomadas medidas urgentes, pelo próprio Ministro da Saúde, e solicitando ainda que seja acelerado o processo de implementação da secretaria. Além disso, a subcomissão propõe o envio de uma carta ao presidente Lula solicitando a exoneração do presidente da Funasa, a qual foi lida em plenária.

Lindomar Xocó relatou que de fato há muita resistência por parte da Funasa com relação a essa mudança, e enquanto isso se verifica a falta de assistência nas áreas, gerando inúmeros problemas, diante do que solicita que seja encaminhado o documento ao presidente da República, conforme proposto. Luis Titiah solicita que seja feita prestação de contas por parte da Funasa quanto à utilização dos recursos a ela destinados para o atendimento à saúde indígena ao longo dos anos.



O representante do Ministério da Saúde, Antonio Costa, afirmou que o GT tem ciência da real situação do processo de transição e que na semana passada foi feita reunião ampliada do grupo para informar sobre o processo; informou que foi encaminhada a Medida Provisória ao Congresso, onde estão fazendo *lobby* para que seja colocada em discussão, embora tenham sentido que no momento não há prioridade para se discutir esse assunto, e preocupa a incógnita que é colocar uma MP no congresso.

Ainda segundo o Sr. Antonio Costa, há dois caminhos: editar decreto configurando a secretaria, estando esse texto já pronto, para o que foram acatadas sugestões de várias categorias, sendo que ainda é preciso fazer o cronograma de como será feita a transição, pois sem essas mudanças a gestão desse processo fica prejudicada. A outra opção seria se fazer gestão imediata para que a bancada governista coloque em pauta a questão, como sendo uma decisão de governo, e isso deve ocorrer amanhã [dia 02], quando se vai contar com a presença do Presidente Lula e do ministro da Saúde.

Tudo o que poderiam fazer já foi feito, falta agora essa decisão, afirmou o Sr. Antonio Costa. Portanto ou se edita o decreto ou se consegue aprovar a MP no Congresso, sendo que não há como fazer milagre e o processo de transição é demorado. Há plena consciência de que não se pode permanecer nessa situação de indefinição, que tem gerado problemas os mais graves em diferentes partes do país, portanto concordam que é preciso definir cronograma. Acreditam que o decreto seria um passo a mais para se aprovar a Medida Provisória, sendo importante que exista a definição de que se trata de uma decisão de governo que precisa ser apoiada pelos representantes no Congresso.

Abrindo a palavra para manifestações da plenária, a seguir foram feitos relatos sobre a situação atual e os problemas quanto ao atendimento prestado pela Funasa ao povo Xavante, Waiãpi do Amapá, no Acre, entre outros, sendo que todos os relatos foram no sentido de que os povos indígenas estão abandonados, sem atendimento adequado e sem a devida assistência na área da saúde.

Interrompendo a discussão do tema em foco, o representante indígena Ak'Jaboro Kayapó afirmou que desde o início da CNPI já vêm discutindo esse assunto, e agora gostaria de falar sobre empreendimentos, ao que relatou a situação envolvendo Belo Monte e as razões pelas quais são contra a construção dessa AHE, afirmando que a construção de obras no interior de terras indígenas para exploração de recursos hídricos tem que respeitar a Constituição, deve ser ouvida a comunidade,



obtendo-se a autorização do Congresso Nacional, inclusive citando os artigos e parágrafos que tratam do tema.

Voltando à questão da saúde, a representante do Ministério de Meio Ambiente Claudia Calorio questionou o teor da carta que a subcomissão propõe que seja apresentada ao presidente Lula, questionando se não haveria outra alternativa, alguma medida que poderia ser tomada talvez pelo Ministério da Justiça, pois a seu ver além de a carta não resolver o problema pode resultar num embate que não seria positivo para a CNPI. O representante do Ministério da Justiça afirmou também não concordar com esse encaminhamento, no sentido de que estrategicamente não seria interessante apresentar o pedido de destituição do presidente da Funasa da forma que está proposto; Gersem Baniwa/MEC afirmou que, além de não ser estratégico, a CNPI não tem essa atribuição de pedir a destituição de qualquer pessoa, e sim de recomendar que se tomem as medidas adequadas ao caso, ao invés de ir por esse caminho, que considera muito perigoso.

Arão Guajajara concordou que não seria o caso de se solicitar a destituição do cargo e que de fato poderiam estar criando uma situação negativa ao atuar numa área que não está no âmbito das atribuições da CNPI.

O Coronel Eustáquio/GSI sugeriu que se seja feita uma nova redação (“Recomendar ao atual presidente da Funasa que facilite o processo de transição e que determine ...”). O representante do Ministério da Justiça corroborou a posição, propondo que seja recomendado que se agilize o processo de transição ao invés de se deliberar pela destituição. Tendo ainda o representante indígena Lindomar Xocó ressaltado que seria importante que o presidente Lula soubesse quem são as pessoas que estão travancando o andamento da transição.

Presidindo momentaneamente a mesa, o Sr. Noletto/MJ afirmou que há consenso no sentido de que se solicite a agilização do processo de transição, cabendo ao movimento indígena tomar as medidas que julgar necessárias para fazer chegar ao conhecimento do Presidente Lula os nomes das pessoas responsáveis pelas dificuldades que vêm sendo registradas.



### **Subcomissão de Terras Indígenas**

Com a palavra, a relatora da subcomissão, Gilberto Azanha/CTI, informou que não houve reunião devido à ausência dos representantes de governo, assim como ocorreu com a Subcomissão de Etnodesenvolvimento. Além disso, afirmou que não foi feito convite à CGIIRC (Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato) da Funai para que passe a participar, como convidado permanente, da Subcomissão. Ressaltando também que o representante do Incra somente compareceu a 3 reuniões, muito embora este seja um órgão fundamental na discussão desse tema. Portanto, fica o registro de que não houve a reunião devido à ausência dos membros da bancada governamental.

Brasílio Priprá e Sandro Tuxá fizeram a seguir considerações no sentido de que a ausência desses representantes denota falta de respeito, tendo Sandro Tuxá proposto que se leve adiante a proposta de que, uma vez não sendo possível que o titular e suplente participem, que enviem outros técnicos que estejam a par do assunto para os substituir na reunião. O Coronel Eustáquio informou que o GSI não tem acento como titular nessa subcomissão e que esteve presente na reunião da subcomissão em que participa como titular.

Anastácio Peralta lamentou o fato de não estar havendo a participação governamental, em especial nesta subcomissão, pois a mesma trata de um assunto sério, sendo que nesta ocasião em que vão ter uma reunião com o presidente da República não vão ter o que falar sobre o assunto e sim vão apenas ter que ouvir, pois não fecharam uma posição sobre o tema.

### **Subcomissão de Educação Escolar Indígena**

O relator Weibe Tapeba informou que a pauta da reunião foi muito extensa, tendo se discutido os seguintes temas: Implementação dos Territórios Etnoeducacionais; Seminário do Ensino Superior; Avaliação do PNE – capítulo educação; Termo de Cooperação Mec/Funai; Proposta de novas diretrizes educacionais para a educação indígena, conforme registrado na ata da subcomissão [a versão integral lida em plenária poderá ser conferida na ata/degravação da 13ª Reunião Ordinária da CNPI].



De acordo com a ata, em síntese, inicialmente foi discutida a questão do movimento que está sendo feito em oposição à CNPI, que propõe inclusive o fim da Comissão; foi questionado à representante da Funai sobre as ações previstas no planejamento da CGE e por que a maioria dessas ações ainda não estão sendo implementadas, ao que a coordenadora da CGE, Maria Helena Sousa Fialho, fez exposição sobre o contexto da educação escolar indígena a partir da publicação do decreto 7056/09, que coloca como atribuição da coordenação “acompanhar” as ações nessa área, o que tem trazido problemas internos graves. O que faz com que seja preciso discutir a compreensão do termo “acompanhar”, uma vez que, por divergências nessa compreensão, inclusive por parte da Procuradoria Jurídica da Funai, a Coordenação está sendo impedida de desenvolver algumas ações, como aplicar seu orçamento, apoiar organizações indígenas, celebrar convênios e outros. Sendo que na proposta de regimento interno que foi encaminhada chegaram a um bom termo quanto ao assunto, mas ainda precisa ser aprovado.

Nesse sentido, a subcomissão pede à direção da Funai que informe sobre a sua posição sobre esse assunto, solicitando ainda que seja agilizado termo de parceria entre a Funai e o MEC, visando a definir claramente e com urgência sobre as competências do ministério, qual a área de atuação desse órgão, e ainda sobre os recursos que vai repassar para a Funai e se poderão ser usados para se desenvolver ações que a CGE não pode mais desenvolver.

Prosseguindo o relato, foi informado que a subcomissão tratou ainda sobre a **Implementação dos Territórios Etnoeducacionais**, a respeito do que Gersem Baniwa informou que o MEC está trabalhando nas reuniões de esclarecimentos e pactuações, que devem seguir até setembro; que haverá uma reunião na manhã do dia 7 de julho, com um grupo restrito de convidados, para discutir os TEEs; que já foram contratados os consultores que irão dar acompanhamento aos territórios e que uma meta prioritária é avançar na consolidação dos planos de trabalho dos territórios.

Conforme a ata da subcomissão, Gersem analisou que considera que está ficando claro para o MEC que há muitas limitações no trabalho de implementação da educação indígena e que há a necessidade de se alterar ou construir novas bases normativas e administrativas para poder operar adequadamente as demandas da educação indígena. Segundo sua avaliação, a proposta dos territórios etnoeducacionais desnuda as fraquezas do sistema (em termos dos estados e municípios) e também das



políticas até agora existentes no MEC para dar conta da diversidade de demandas apresentadas pelas comunidades indígenas em termos de escolas diferenciadas.

Luis Donisete informou que a discussão em São Paulo sobre TEEs e Sistema Próprio ainda não se iniciou, que houve reclamação pela pequena participação dos professores indígenas e dos gestores de São Paulo tanto na Conferência Regional quanto na Nacional. Porém há interesse em discutir as duas questões e um seminário está sendo organizado e que seria oportuna a participação tanto da Funai quanto do MEC. Maria Helena apresentou o quadro com os seminários já agendados para discussão dos TEEs e lembra que é preciso ser retomada a agenda em Macapá e qualificar o debate.

Com relação aos **encaminhamentos da CONEEI**, foi perguntado ao representante do MEC sobre a nova composição da CNEEI, ao que Gersem Baniwa informou que estão aguardando a publicação da nova composição e que esta contará com 19 representantes indígenas e com 16 representantes de instituições. Informou, ainda, que estão constituindo GTs para poder avançar nas discussões das propostas aprovadas na CONEEI, como o GT dos territórios e o GT sobre sistema próprio. E também que vão priorizar a elaboração de subsídios para a preparação de novas diretrizes por parte do CNE, no que se refere à formação de professores, ensino médio e lei 11.645 e que um acordo com a UFMG permitirá a agilização desses grupos de trabalho.

Chikinha informou que entregou carta para o Fórum – Sr. Aguinaldo Garrido, mas não tem conhecimento do andamento do Fórum Nacional de Educação ainda. Gersem informou que com a moção de apoio ao documento final da CONEEI, este sairá nos anais da CONAE, e que por tanto as demandas e propostas ali contidas são reconhecidas como legítimas.

No que se refere à **Capema**, Gersem informou que 67 títulos foram aprovados na última reunião, que alguns ainda precisam de algum trabalho gráfico e que outros já estão prontos para serem publicados. Um novo convênio com a UFMG vai permitir publicar tudo até o final do ano. Também vão publicar o resultado das Conferências Locais, Regionais e Nacionais até o final do ano.

Com relação ao **ensino superior**, o representante do MEC informou sobre a organização de um seminário sobre esse tema, agendado para os dias 7 a 9 de junho, o qual terá como objetivo discutir a política de educação superior para os povos indígenas. Afirmou que o seminário será um



espaço para que as Universidades descubram a questão do Ensino Superior Indígena e que os órgãos de governo irão apresentar suas propostas para este segmento. Espera que saiam propostas para o acesso e a permanência de estudantes indígenas no ensino superior. Foi informado que o MEC está ajudando a UFAM e UFGD para equipar as Instituições no apoio aos estudantes indígenas e aos cursos de licenciatura interculturais que estão em andamento nessas universidades. Tendo a representante Chikinha Pareci destacado que os índios que irão participar do seminário irão querer falar sobre a situação que estão vivendo, ao que Gersem Baniwa comunicou que há uma resolução pronta do PIBID, que serão 200 vagas para Mestrado e Doutorado para indígenas e quilombolas e deve sair por agora.

A subcomissão tratou a seguir a respeito da **avaliação do PNE**, a propósito do que Maria Helena comunicou que, nos dias 25 e 26 de maio, houve reunião com avaliadores e pesquisadores do PNE, em Brasília, e que a próxima ficou marcada para julho. Informou que nos dias 29 e 30 de junho, deverá ocorrer a reunião do Grupo de Acompanhamento da Avaliação do PNE. Weibe Tapeba, que participou do evento, como pesquisador indígena, informou que o encontro mostrou que o processo de avaliação está sendo bem positivo, que discutiram e pactuaram o entendimento de algumas metas e dos prazos para sua implementação e que foram revisadas algumas interpretações. Gersem manifestou preocupação com o atraso na finalização da avaliação, pois isso limita o tempo de sensibilização para a construção de propostas para o novo PNE.

Concluindo os trabalhos da manhã, foi acertado que a bancada indígena, e os representantes governamentais que tivessem interesse, participariam no início da tarde até por volta das 16 horas da decisão com respeito ao *habeas corpus* do cacique Babau, no Superior Tribunal Federal, estando previsto a retomada dos trabalhos para as 16 horas.

### **Tarde do dia 01 de junho**

Conforme acordo feito pela manhã, a bancada indígena se retirou para acompanhar o julgamento do *habeas corpus* do cacique Babau, sendo que, no horário combinado para o retorno, o presidente Márcio deu aos presentes os seguintes informes: 1) que o pedido de *habeas corpus* fora negado; 2) que a liminar de reintegração de posse do Acampamento Revolucionário dada no dia anterior fora revogada pela mesma juíza que a havia concedido, com o argumento de que uma das



indígenas que se encontram acampadas teria ficado menstruada pela primeira vez e somente poderia sair do local após 8 dias. Sendo que, diante deste fato, a bancada indígena optou por não retornar ao Ministério, haja vista a situação de insegurança à qual seus membros estão expostos, haja vista que no dia anterior sofreram ameaças por parte dos indígenas integrantes do acampamento, de forma que têm razões para acreditar que neste dia o mesmo voltaria a acontecer. De forma que neste momento se encontravam reunidos na sede da APIB, tratando de questões pertinentes ao movimento indígena e a reunião com o presidente Lula no dia seguinte.

Diante disso, o presidente Márcio informou que as atividades da CNPI nesta tarde estão suspensas, devendo ser retomadas normalmente no período da manhã do dia 02 de junho, sendo que no período da tarde a reunião ocorrerá no CCBB, onde está funcionando a Presidência da República.

Brasílio Priprá afirmou que é uma pena que não possam dar continuidade a esse trabalho que é tão importante para os povos indígenas do Brasil, destacando que o grupo de indígenas responsáveis por tudo isso não representa de fato os povos indígenas, nem aqueles índios que vivem na base. Crizanto Xavante ressaltou que sente grande descontentamento com essa situação que está sendo criada pelos próprios índios, e que vem prejudicando a eles próprios, que está cansado de ter acesso às notícias e sempre se mostrar somente um lado da questão, quando na verdade deveriam também buscar espaço para mostrar o seu ponto de vista sobre tudo isso.

O presidente ressaltou que Crizanto Xavante está integrando um grupo formado por indígenas e que está concentrado em Brasília há algumas semanas, a fim de fazer a defesa da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, uma reivindicação de muitos anos do movimento indígena. Sendo que, no dia em que esteve no Congresso, Crizanto foi agredido física e verbalmente pelos indígenas que estão acampados na Esplanada, sendo que mesmo assim nenhum dos indígenas que integra o grupo em defesa da saúde indígena veio a esmorecer. Lembrando que naquele mesmo dia os referidos indígenas invadiram o Congresso, agredindo os seguranças que trabalhavam no local, tendo impedido a aprovação da criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, para o que obtiveram o apoio de parlamentares que nunca tiveram qualquer compromisso com os povos indígenas, perdendo-se uma chance única de se avançar na criação dessa instância tão importante para a questão indígena.

Destacando que o Conselho ainda deve ser criado, haja vista o compromisso de vários parlamentares nesse sentido, apenas se fazendo o registro de que a CNPI é composta por indígenas que



são compromissados com as suas comunidades e que não vão esmorecer diante dos obstáculos que estão sendo colocados por esse grupo de pessoas que estão focadas em atingir os seus próprios objetivos, sem pensar no contexto maior.

### **Manhã do dia 2 de junho de 2010**

Iniciando os trabalhos do dia, a secretária executiva informou que, tendo em vista os últimos acontecimentos, a reunião com o Presidente da República estaria sendo realizada no CCBB, onde está funcionando a presidência da República. Informando ainda que somente poderão participar da reunião 70 pessoas, devendo ser cortados alguns dos nomes que estavam previstos, e garantindo-se a participação dos representantes indígenas titulares e suplentes, bem como dos representantes de governo titulares, além dos 3 diretores das diretorias da Funai, do presidente da CNPI, e também dos ministros das pastas responsáveis por ações junto aos povos indígenas.

Marcos Xucuru questionou a ausência da relatoria da CNPI, destacando que seria muito importante contar com o registro das discussões e encaminhamentos advindos desta reunião, ao que o presidente Márcio Meira afirmou que de fato o cerimonial da Presidência da República é muito rígido, o que é de conhecimento de todos, mas que estavam sendo mantidos todos os entendimentos possíveis no sentido de garantir a participação da equipe necessária para a realização da reunião.

Nesse sentido, foi retomada a pauta que ficara pendente no dia anterior, que seria a apresentação de duas subcomissões e a apresentação da proposta de seminários sobre a reestruturação da Funai, conforme a seguir.

### **Subcomissão de Comunicação e Cultura**

O relator Antonio Caboquinho informou que a discussão se centrou na questão da saída do representante do Ministério da Cultura, Marcelo Manzatti, da CNPI, além do foi tratado ainda sobre os Pontos de Cultura. De acordo com a ata da subcomissão a esse respeito, o diretor do Museu do Índio, Carlos Levinho, explicou que, com a entrada do Museu nas discussões sobre a implementação dos 120 pontos de cultura restantes (dos 150 pontos previstos, 30 já estão em implementação), foi proposto



pela FUNAI um novo modelo para aplicação dos recursos. Foram feitas algumas reuniões com os representantes da Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura para definição deste novo modelo. Cada Ponto de Cultura indígena seria contemplado com R\$ 225 mil reais, para serem executados num período de três anos. No entanto, na última reunião realizada no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, em 5 de maio de 2010, foi informado que os recursos destinados à implementação dos Pontos de Cultura indígena haviam sido contingenciados pelo Ministério da Cultura. Fato este que Levinho considerou preocupante, pois os Pontos de Cultura são uma conquista do movimento indígena, ao que informou que foi encaminhada ao Ministro da Cultura uma carta do Presidente da FUNAI solicitando a continuidade desta ação.

Os representantes indígenas se manifestaram a respeito dessa informação, no sentido de que se trata de algo prejudicial aos povos indígenas, devendo o assunto ser levado para o plenário da CNPI. Akiaboro Kaiapó pergunta onde esse dinheiro foi parar e pede esclarecimento na plenária. Foi também destacado que em alguns estados as instituições responsáveis não chamaram todos os povos para o debate e que somente quatro povos tiveram acesso aos recursos dos Pontos de Cultura, tendo o diretor Carlos Levinho afirmado que a prioridade dos Pontos de Cultura deveria ser os povos e comunidades indígenas que estão sob impacto das obras de infra-estrutura.

Como encaminhamento para o assunto, foi apresentada uma proposta de moção, aprovada pelos membros da subcomissão e que deverá ser submetida à deliberação da plenária da CNPI se aprovada encaminhada ao MinC.

Além desse tema, tratou-se dos seguintes assuntos: proposta da Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas; editais do Museu do Índio para a ação de Promoção das Culturas Indígenas; proposta de curso de capacitação em audiovisual; curso de férias “Dimensões das Culturas Indígenas”, do Museu do Índio; escolha dos representantes indígenas para a Conferência Nacional de Cultura; indicação de um novo representante na subcomissão de cultura da CNPI em substituição a Marcelo Manzatti.

A moção sobre os Pontos de Cultura aprovada na subcomissão e apresentada à Plenária da CNPI, a fim de que seja encaminhada ao Ministério da Cultura, tem o seguinte teor:



### Moção da subcomissão de Cultura e Comunicação da CNPI

Os membros da Subcomissão de Cultura da CNPI, após tomarem conhecimento de que os recursos destinados à implantação dos 120 Pontos de Cultura em terras indígenas foram contingenciados pelo Ministério da Cultura, solicitam a imediata liberação destes recursos, de modo que os mesmos possam ser empenhados, ainda neste exercício, em benefício das comunidades indígenas.

A subcomissão de Cultura endossa a proposta de que os 120 Pontos de Cultura Indígena sejam implantados, prioritariamente, nas terras indígenas sob impacto de obras de infra-estrutura.

A subcomissão de Cultura solicita acompanhar o processo de liberação e implementação desses Pontos de Cultura nas terras indígenas.

E, por fim, solicita que o Plenário da CNPI aprove e dê encaminhamento a essas solicitações.

Com a palavra, o presidente Márcio Meira comentou que a meta de implantação de Pontos de Cultura estabelecido pelo governo, com o Ministério da Cultura passando os recursos para a Funai, de fato está prevista em 150 pontos, 30 já foram implantados, e quanto ao restante foi feito contingenciamento. Portanto sugere que a moção siga para o Ministério da Cultura com cópia para o Ministério do Planejamento, que é o órgão responsável pelo corte do orçamento. Aprovado o relatório e a moção, conforme as ressalvas feitas.

### **Subcomissão de Gênero, Infância e Juventude**

O relator informou que a subcomissão não se reuniu tendo em vista que apenas a representante da Secretaria de Mulheres e o Capitão Potiguara estiveram presentes, sendo que alguns membros apresentaram justificativa para sua ausência e outros não. O presidente solicitou que ficasse registrada a necessidade de se fazer o convite, o chamamento para os membros, lembrando que, conforme definido anteriormente, cada subcomissão pode convidar um ou dois mais técnicos para fazer o acompanhamento das subcomissões, de acordo com a necessidade para a continuidade de seu trabalho.



Arão Guajajara comentou que é preciso atentar para o que consta no regimento interno da CNPI, pois está sendo desconsiderado, haja vista que várias subcomissões não puderam trabalhar em vista do fato que os representantes governamentais não estão se fazendo presentes às reuniões. Capitão Potiguara afirmou que está havendo dificuldades com relação ao registro de nascimentos, solicitando providências.

O presidente concordou, afirmando que vários pontos do regulamento da Comissão não estão sendo cumpridos, e com base nele vão fazer chamadas para que as subcomissões possam funcionar adequadamente, ressaltando que as subcomissões precisam estar funcionando plenamente na véspera das reuniões plenárias para que a Comissão possa alcançar seus objetivos. Destacando que há outros pontos do regimento que precisam ser observados, para que não se acabe por abandonar essas regras.

Sobre a questão do registro de nascimento levantada pelo Capitão Potiguara, o procurador da Funai comentou que de fato têm havido dificuldades, diante do que tem sido feito diálogo com CCNJ, órgão que fiscaliza todos os órgãos do judiciário, com vistas a que oriente os tribunais de justiça e estes por sua vez orientem os cartórios, para desta forma se facilitar os registros de nascimento e óbito. Está inclusive sendo feita indicação dos servidores da Funai que trabalham com essa questão.

Francisca Pareci pediu a palavra a fim de comentar a propósito do regimento interno da Funai, informando que a Subcomissão de Educação trabalhou sobre esse tema e fez propostas e sugestões quanto ao que querem que esteja contido no regimento interno da Funai no tocante à educação.

### **Regimento interno e reestruturação da Funai**

O presidente Márcio informou que assim já se passa para o próximo ponto da pauta, que é o **regimento interno** e a **reestruturação da Funai**, informando que foi apresentada proposta à APIB e neste momento também será discutida na CNPI. Havia a intenção de trazer o regimento interno da Funai para discussão nesta reunião, entretanto nem todos os setores concluíram a sua proposta a tempo, vários avançaram mas alguns não conseguiram concluir, e o informe e sugestão de encaminhamento para o andamento da proposta é de que há condições de concluir a proposta do



regimento ainda no mês de junho, para que até o final do mês seja apresentada à comissão da CNPI [formada por integrantes da CNPI para discutir e contribuir para o regimento interno], a fim de que a análise e na próxima reunião já se possa discutir a proposta discutida pela comissão. Informando ainda que estão levando em consideração todas as contribuições que estão chegando, a sistematização está sendo concluída e será apresentada à comissão, para que a análise, sistematize a discussão e se possa apresentar na próxima reunião da CNPI. Este seria o informe.

Um outro ponto diz respeito à realização dos **seminários sobre a reestruturação da Funai**, cuja proposta foi apresentada na semana passada para uma comissão de indígenas da APIB, para que se possa discutir na CNPI. Nesse sentido, fez a leitura da proposta apresentada na semana passada.

### **Proposta para os Seminários**

**Tema:** Seminários de informação e esclarecimentos sobre a reestruturação da Funai e preparação para oficinas de planejamento.

#### **Objetivo:**

- (1) Informar e esclarecer servidores e indígenas sobre a nova estrutura da Funai;
- (2) Definir uma agenda de trabalho com cada região para implementação de um plano.

**Realização:** Fundação Nacional do Índio – Funai/MJ, Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, e parceiros locais.

#### **Etapas:**

- (1) Realizar seminário preparatório com equipe que acompanhará os seminários;
- (2) Realização de 10 seminários, com a presença do presidente da Funai ou de um (uma) diretor(a) e um representante da CNPI e da APIB.



### **Organização:**

- (1) A Funai coordenará os seminários, por intermédio do presidente ou do(a) diretor (a), acompanhado (a) de um representante indígena da região e terá sempre mais uma ou duas pessoas para apoiar, juntamente com a equipe local;
- (2) Os seminários terão duração de 3 dias, sendo um dia de trabalho exclusivo com servidores da região e os outros 2 com servidores e indígenas;
- (3) O número total de participantes será de até a faixa de 100 a 150, sendo que a participação indígena será sempre na média de 80 pessoas;
- (4) Na ausência do presidente, sempre será exibido um vídeo com a explicação feita pelo mesmo sobre a nova estrutura da Funai;
- (5) O período de realização dos seminários será de junho a setembro de 2010;
- (6) A definição da participação indígena será definida na região, mobilizada pelo(a) representante da CNPI, em conjunto com a APIB e organizações locais e apoiada pela Funai na região;
- (7) O grupo responsável pelo acompanhamento de cada seminário ficará responsável pelo acompanhamento da implementação da estrutura, definida em agenda de trabalho regional, assim como pelos seus resultados;
- (8) A agenda de implementação da estrutura será monitorada pela Diretoria Colegiada da Funai e pela CNPI;

### **Resultados:**

- (1) Servidores e indígenas informados (as) e esclarecidos (as) sobre a nova estrutura, comprometidos em multiplicar informações e esclarecimentos e em desenvolver atividades de implementação da nova estrutura;
- (2) Agenda de trabalho para implementação de atividades que assegure a implementação da nova estrutura definida.



### **Recursos:**

- (1) Financeiro: do orçamento da Funai;
- (2) Pedagógico: Estatuto da Funai, PPA - Programa 150 - conceitos e diretrizes, cartilha, mapas das regiões;
- (3) Humanos: servidores e representantes da CNPI e APIB.

### **Anexo:**

- Planilha de realização dos seminários.

A proposta é que os 10 locais a serem realizados sejam os mesmos em que se realizaram as consultas sobre o Estatuto do Índio, ou seja em Belém – Para e Amapá ; Campo Grande – MS; Cuiabá – Mato Grosso; Sul – Florianópolis ou Porto Alegre (vários outros eventos foram em Curitiba e poderiam agora modificar), sendo que Florianópolis está com regional nova; Fortaleza – pegando o Nordeste; Ilhéus – Bahia; Imperatriz – Maranhão; Maceió – pode ser em Pernambuco; Manaus – Amazonas (Norte: rio Negro, Alto Solimões, Baixo Amazonas e Roraima); Rio Branco – Acre, Amazonas e Rondônia. Podendo ser feitos ajustes sobre quem iria para cada região.

Portanto, concluiu o presidente, essa é a proposta, ficando aberta a palavra para comentários e sugestões, lembrando finalmente que a bancada do governo será muito bem vinda nos casos em que considerem que têm contribuição a oferecer em algum seminário.

Marcos Xucuru afirmou que estão praticamente no meio do ano, há uma série de questões ocorrendo, como por exemplo os seminários com impactos em terras indígenas, e agora estão sendo propostos mais esses 10 Seminários, diante do que se preocupa com a questão do tempo. Quanto à metodologia, fez sugestões em conversa com Paulo Pankararu, pois entende que há um problema sério instalado, as ações na ponta têm tido problemas, há total desinformação por parte dos servidores, havendo ainda os que não estão preocupados com a situação, embora também existam os que são comprometidos. Fez proposta na última reunião da CNPI no sentido de a Funai ter equipe estruturada não só para dar informação mas para implementar o decreto, por exemplo indo nos estados



onde há maior conflito e desentendimento sobre a reestruturação – por exemplo ir a Pernambuco e reunir os caciques, no primeiro momento explicar o que é a reestruturação e no segundo já se cria as coordenações técnicas locais e dar atribuições, para que comecem a funcionar. Enfim, sua opinião é que da forma que está sendo proposto só vão informar, mas não vai ser dado início aos trabalhos. Diante do que sua sugestão é que se forme um grupo de 10-12 pessoas, tendo como atribuição levar adiante a implementação do funcionamento imediato da nova estrutura, com a Funai realmente exercendo seu papel dentro dessa nova proposta de estruturação.

Sansão Tikuna afirmou que há preocupação quando se fala na reestruturação, e portanto a proposta em questão é importante, destacando que a sua região é muito distante e que se preocupa com a questão do tempo, pois já se chegou no meio do ano... É urgente a realização desses seminários, pois a Funai está parada, os servidores argumentam que a Funai local está sem direção. Diante disso propõe que o seminário para os servidores seja realizado de imediato nas regionais, para que os servidores já possam voltar a atuar, ressaltando finalmente que é de suma importância a participação do presidente nos seminários.

Deoclides Kaingang pergunta se o Sudeste ainda vai fazer regional com o Sul; pergunta também sobre o acúmulo de atividades que está ocorrendo nas regionais, como por exemplo o caso das pessoas que não estão tendo acesso aos benefícios a que têm direito. Destacou ainda que esse trabalho proposto agora já deveria ter sido feito, pois os chefes de postos antes ainda faziam alguma coisa, mas agora que foram fechados os postos está tudo parado, os servidores não têm autonomia sequer para assinar um documento.

Respondendo, o presidente afirmou que, com relação aos servidores, de fato há servidores e servidores, os que jogam a favor e os que jogam contra. O servidor que era chefe de posto continua lá, pois agora é coordenador técnico, e pode sim continuar fazendo as atividades que fazia, mas alguns optam por não desempenhar suas atividades e jogar a culpa na Funai, ao que neste ponto Sandro Tuxá ressaltou que a culpa tem sido jogada contra a CNPI também, enfim, prosseguiu o presidente, já foi a várias regiões e sabe que isso está acontecendo. Há servidores que têm as suas atribuições, a sua autoridade, mas que dizem que não podem atuar porque não são mais chefes de posto, embora continuem com DAS e com a atribuição de levar adiante os trabalhos. Porém há muitos lugares onde as coisas estão funcionando normalmente.



Levando tudo isso em conta, continuou o presidente, é que resolveram realizar os seminários. Com relação ao Sudeste, a idéia era que participasse junto com o Sul, mas poderão ser feitos ajustes, que podem ser conversados oportunamente. Quanto à presença do presidente em todos os seminários, acha importante, mas devido à questão do tempo, e considerando que mais de um seminário poderá estar acontecendo ao mesmo tempo, não será possível estar em todos. Neste caso um diretor o estará representando e isso não impede que o presidente vá à região depois. Quanto ao Alto Solimões, ainda não foi nomeado o novo coordenador, razão pela qual estão afirmando que estão sem direção.

É prioridade a realização do seminário, não foi feito com a celeridade que o assunto merecia, reconhece isso, mas as dificuldades que estão sendo enfrentadas e que aconteceram no início do ano são conhecidas, sendo que esse momento de conversa já aconteceu várias vezes em diferentes regiões, como em Altamira, Oiapoque, Fortaleza, Lábrea, Humaitá e Florianópolis, onde foram feitos encontros com servidores e indígenas, além do que várias delegações foram recebidas em Brasília. Concorda com o encaminhamento de Marcos Xucuru, e justamente por isso foi montada equipe com aproximadamente 20 servidores, que já se reuniu e vai estar acompanhando cada seminário, sendo que 2 ou 3 servidores vão participar de cada seminário e não só isso, pois também caberá a eles acompanhar a agenda de implementação, terão de acompanhar as definições de caráter administrativo que precisam ser adotadas, dependendo da realidade de cada região, que têm necessidades diferentes. Pensaram de fato que essas sejam equipes de acompanhamento, permanentemente monitorando o andamento da agenda. Portanto a linha da proposta é semelhante à que foi proposta por Marcos Xucuru.

Toya Manchinery cumprimentou a todos e afirmou que no estado do Acre a Funai está parada há muito tempo, os servidores são antigos e o quadro não foi renovado; gostariam que no seminário nesse estado o presidente estivesse presente, ressaltando que o governo do estado está sendo mais ativo que a Funai, diante do que seria interessante que o seminário acontecesse a partir da segunda quinzena de julho, pois poderiam trabalhar em parcerias, verificando o que o estado pode desenvolver e como a Funai pode também contribuir. Sua proposta é que pudessem trabalhar com 75 indígenas de Rondônia e 75 do Acre, lembrando que a região tem a coordenação do Purus e a do rio Madeira.



Brasílio Priprá comentou que, na linha do que foi dito por Marcos Xucuru, seria preciso explicar que deve se considerar o Paraná como prioridade, inclusive quando há eventos são feitos em outros locais e acaba não sendo considerado, e que é preciso implantar as coordenações locais para dar início aos trabalhos na ponta. Sendo que algumas já estão funcionando normalmente, apesar de haver alguns problemas.

Luis Titiah cumprimentou a todos e afirmou que, aproveitando a discussão sobre a reestruturação da Funai, gostaria de contribuir sobre a situação do sul da Bahia, onde as críticas estão recaindo sobre a CNPI e a Funai, sendo que na última reunião que tiveram na Comissão já colocou essa questão. O representante da Funai que foi enviado à região andou dizendo coisas que não foram bem aceitas, além disso não os procurou para explicar o trabalho que vai ser desenvolvido, não procurou os Pataxó nem os Tupinambá, apesar de ter visitado outras regiões, e isso causou problemas pessoalmente para ele próprio, enquanto membro da CNPI. Diante da insatisfação que foi gerada, pediu aos Pataxó Hã Hã Hã que tivessem paciência, porém estão querendo vir para Brasília em busca de definição para essa situação. Luiz Titiah afirmou ainda que está havendo problema de desmatamento na área indígena, sendo que os servidores locais dizem que não têm autorização para fazer nada, não podem até mesmo assinar a autorização para os índios virem para Brasília, com o argumento de que não há uma portaria os autorizando a fazer isso. Aproveita para denunciar que está havendo desmatamento forte na área, feito por pessoas não indígenas armadas. Ressaltou que a situação na região está problemática e que será muito bom realizar o seminário, sendo que espera que a CNPI tenha espaço para explicar como foram feitos os encaminhamentos da reestruturação, o papel que teve. Destacou, finalmente, que a comissão Pataxó que está trabalhando na região está fazendo um trabalho muito bom.

O presidente explicou que a idéia é que uma parte de Rondônia fique com o noroeste de Mato Grosso e outra com o Acre, precisam conversar e ver como organizar melhor, e a esse respeito deverão se sentar e ver a questão das datas. Com relação ao sul da Bahia, de fato não sabe o que o servidor da Funai falou, mas, se disse algo que não devia, pede desculpas, já aconteceu; recebeu em Brasília comissão do sul da Bahia de índios Pataxó e Tupinambá, acompanhados por Rômulo, Zezito e Beneilton e nessa reunião o acordo foi que realizariam duas assembléias, no extremo sul e em Ilhéus, que foram feitas, para explicar a nova estrutura. Ficaram dúvidas com certeza, e a questão principal foi a discussão sobre a sede da unidade gestora, definindo-se como encaminhamento que deveriam buscar um consenso sobre o tema, com nova estrutura, com a contribuição do comitê gestor. Se não houvesse



consenso algum sobre o local da UG, foi definido que o presidente definiria sozinho o local e foi isso o que aconteceu. As CTLs foram definidas por consenso, mas a UG não, e a sede será em Eunápolis, já estão providenciando a sede, que fica num local central e todos poderão participar do seu funcionamento. E portanto a pauta do seminário na região será a implantação da unidade.

Respondendo às considerações de Brasília, pelo que entendeu está propondo que o seminário seja realizado no Paraná, e concorda com a proposta, poderão conversar depois.

Caboquinho Potiguara afirmou que o presidente é sabedor de que a Paraíba sofreu as conseqüências da reestruturação, apesar de ter sido referência de administração; isso no começo foi um choque, mas agora retomaram os trabalhos, ainda que com algumas dificuldades – como por exemplo o fato de que não podem assinar nenhum tipo de documentação, como convênios; há problemas com a frota de carros, que tiveram notícia que será transferida para a CR, aproveitando a oportunidade para solicitar que seja mantida, já que ela atende uma grande área e é muito importante para as atividades que desenvolvem. Gostaria de ver também a questão dos indígenas do Rio Grande do Norte, informando que a indicação foi feita, tiveram reunião com o pessoal do governo, que se prontificou inclusive a doar uma sede para o funcionamento da coordenação, propondo que seja feito com rapidez o reconhecimento étnico do povo do Rio Grande do Norte. Solicita ainda que se veja com atenção a questão da coordenação local de Fortaleza, que pelo que souberam está querendo levar funcionários da Paraíba, e estão temendo que fiquem prejudicados, solicitando que seja mantido o quadro de João Pessoa.

Arão Guajajara perguntou sobre os servidores que atrapalham o processo de reestruturação, questionando qual o procedimento que pode ser adotado com relação a eles, uma vez que alguns se ausentam de seus locais de trabalho por longos períodos, inclusive para participar de mobilizações contra a reestruturação. Sobre a chefia de postos, pergunta se precede a esperança mantida por alguns ex-chefes de que elas serão retomadas, os quais também criam expectativas e jogam sobre a CNPI a responsabilidade sobre a extinção de cargos. Está sendo pessoalmente sofrendo inúmeras acusações devido à sua participação na CNPI; pede que seja avaliada com urgência quanto às fraudes que estão acontecendo na questão da previdência social, práticas essas que envolvem inclusive servidores da Funai. Pede que sejam investigadas inclusive as denúncias que têm sido feitas a seu respeito, o que acontece por estar fazendo denúncias contra esse verdadeiro cartel que está atuando na



região. Estão sendo acusados de traidores devido à reestruturação da Funai, pois se mexeu em uma estrutura viciada, concorda que, se foi feita de cima para baixo, isso é uma coisa, mas de fato era preciso implementar mudanças.

Sandro Tuxá cumprimentou o presidente e afirmou que no dia anterior tiveram reunião com o movimento organizado, ou seja, com a APIB, em que se afirmou a necessidade de realizar outros seminários além dos 10 propostos e estão esperando ser informados para depois informar à presidência. Concorde que devem priorizar os locais onde os problemas são maiores, e pede que tenham de fato momento prévio na região para debaterem antes do seminário. No documento da APIB, elaborado com anuência da bancada indígena, não se colocam contra a reestruturação, e sim levantam questionamentos, como a forma como foi feita. De fato há pontos que os surpreenderam, como por exemplo no âmbito da educação, onde não está mais previsto o atendimento aos jovens e adolescentes, que é uma ação já tem visibilidade e é reconhecida, além de ter toda relação com a questão da educação. Lembrou ainda que [alguns indígenas da CNPI] estiveram no acampamento que está na esplanada, estiveram lá com a intenção de conversar, até porque alguns indígenas estão lá sem entender bem o que estão fazendo, mas merecem respeito. Buscaram o diálogo e aparar arestas, reconhecendo onde podem atuar melhor, sendo que a partir dessa visita foram definidos encaminhamentos, com relação a levar para eles todas as atas das reuniões já realizadas pela CNPI, as quais estão levando a eles para que possam avaliar, tendo ainda se comprometido a se reunir com a comissão que foi criada pelo acampamento, a Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Indígenas. Sendo que na ocasião da visita informaram que a CNPI é uma instância do movimento indígena nacional e qualquer movimento deve ser feito em articulação com ela. No entanto, está sendo dito que os membros a CNPI teriam procurado o acampamento porque a CNPI vai acabar e estariam buscando apoio.

O presidente respondeu, primeiramente com relação aos pontos levantados por Caboquinho, que a coordenação regional e a local têm autonomia para dar andamento aos projetos, sem problemas; está prevista uma coordenação técnica local para atender os indígenas do Rio Grande do Norte, e quanto ao reconhecimento, já foi feito, não existe documento para isso, que só há na questão da terra, sendo que isso vale também para os indígenas do Piauí, que pela primeira vez foi considerado, haja vista ter sido incluído no decreto. Sua orientação é que um servidor só sai de um lugar para outro se for sua decisão pessoal, a sua orientação é para que fiquem onde estão, a não ser que



queiram ser removidos. Quanto aos veículos, os novos, que estão servindo a unidade, são os que foram comprados recentemente, e além disso será entregue um trator novo que já foi comprado – e tudo isso já faz parte da agenda de trabalho da região. A orientação é que as coordenações técnicas e a regional continuem trabalhando, nas identificações, desintrusões etc.

Com relação aos servidores, o que consta na lei é deve se abrir processo no caso dos servidores que não estão atuando de acordo com suas atribuições, tratando-se de todo uma série de ações, e que pode resultar na demissão, sendo que desde que entrou na Funai já foram demitidos 10 servidores. Sendo assim, se tem denúncias a fazer, solicita que encaminhe todos os documentos que tenha os quais possam servir de prova sobre o que está denunciando, para que a partir disso sejam tomadas as devidas providências. O melhor remédio para o que foi destacado por Arão é o que está sendo feito, que é o trabalho junto ao Ministério da Previdência, [com relação à implementação do sistema que já foi apresentado na CNPI]. Sendo que em algumas regionais as comunidades já se reuniram e definiram onde vão ficar as regionais, mas no caso do Maranhão falta definir onde vão ficar as CTLs, devem se reunir e definir. Cabe ao presidente fazer uma portaria dizendo onde estão lotadas as CTLs – explicando que, como a portaria provavelmente será publicada no mês de junho, quando nem todas as localizações das CTLs terão sido definidas, será feita retificação nos casos que isso for necessário – aproveitando para destacar que é obrigado a publicar essa portaria antes de lotar os servidores novos que foram contratados pelo concurso, a lei o obriga a publicá-la antes disso. Ressaltando que no mês de junho vai ter que publicar essa portaria, uma vez que o calendário do concurso precisa ser cumprido, até o final de junho há varias medidas a serem adotadas, com os concursados nomeados e empossados até o final desse mês.

Sobre as operações no Maranhão, informa que só nesse estado foram feitas 3 operações conjuntas nos últimos 3 anos a fim de coibir a extração ilegal de madeira, a plantação de maconha e outras atividades ilícitas. Sendo que, além da coordenação regional, está sendo implantada a Frente de Proteção Etnoambiental Guajá, cujo chefe já foi empossado, e neste momento estão no processo de implantação dessa frente.

Arão pergunta sobre a expectativa de que seja revertido o que foi instituído pelo decreto, ao que o presidente afirmou que de fato avisou que haveria reações contra as mudanças que estão sendo implementadas; sendo possível que pessoas que estavam atuando nos postos da Funai



venham a ser nomeadas para atuar na nova estrutura, enquanto que outras não têm o perfil adequado para cumprir a função de uma coordenação técnica, que não é o mesmo que posto, a função e concepção é outra no que se refere ao trabalho. Não há impedimento para quem cumpriu a função como chefe de posto, só é preciso ter perfil.

Sobre as acusações de que Arão Guajajara da aldeia Bacurizinho teria feito proposta indecorosa quanto à venda de madeira ou qualquer tipo de ilicitude, isso não é verdade, assim como nenhum outro membro fez esse tipo de proposta ou recebeu qualquer tipo de benesse conforme está sendo afirmando. E qualquer um que sofra esse tipo de acusação deve inclusive acionar a justiça a fim de que os responsáveis provem e venham a responder por essas atitudes caluniosas. Como presidente tem o direito de agir contra os que atingem sua idoneidade, assim como todos os demais.

Com relação à fala de Sandro, estão abertos à possibilidade de ajustar a localização dos seminários, sendo que, quanto a fazer mais de 10, se torna mais difícil devido às limitações orçamentárias. Destacando que não há problemas quanto a fazerem uma reunião prévia.

Com relação à questão do atendimento a jovens e adolescentes, na estrutura nova foi criada uma coordenação nova, denominada Coordenação Geral de Proteção ao Desenvolvimento Social - CGPDS, onde está a Coordenação de Gênero e Geracional, cuja coordenadora é Léia Vale, portanto parece estar havendo mal entendimento, pois as questões que têm legislação específica, aquelas em que há especificidade, têm setores específicos para cuidar dessas políticas. E deve haver diálogo com os estudantes indígenas no que diz respeito ao tema da educação, mas há políticas específicas de atenção aos jovens e crianças que devem ser tratadas no setor que existe exatamente para isso. Há alguns problemas na Funai, às vezes por ciúmes, mas há espaços nas políticas públicas para isso, e a educação deve acompanhar o que tem a ver com a área e educação, e isso deve ser resolvido no regimento interno, que deve discriminar o que cabe a cada um. Esse tema deve ser esclarecido para que não haja alguma sensação de perda, pois as áreas que antes não tinham espaço agora têm setores específicos para cuidar disso, como é o caso do registro civil, que agora está sendo tratado na coordenação própria para isso.

Sandro Tuxá comentou que inclusive já vinham cobrando que fossem dadas melhores condições de trabalho para esse setor de gênero, ressaltando que a atuação da coordenadora é admirada por todos, e de fato é preciso ver como vai ficar na estrutura do regimento. O presidente



complementou que de fato sempre tocavam na questão da precariedade, e por isso a coordenação foi legalizada, ganhou orçamento, as ações estão garantidas no PPA e isso não tira da educação nada do que tange a ela. Sandro Tuxá propõe que, considerando que há várias pessoas que atuam nessa área, se poderia ter reunião com os segmentos que já têm projeto nessa área para discutir como será dada continuidade.

A Coordenadora Geral da CGPDS - Irânia Marques, informou que quando chegaram à Funai a primeira demanda que receberam foi que se estruturasse uma área para tratar especificamente sobre a questão da mulher, não tinham recursos orçamentários para tratar sobre adolescentes e jovens, e, conhecedores de que há várias ações nos diferentes órgãos, decidiram trabalhar na promoção dos direitos nessa área, o que demanda atuarem levando em conta a questão da transversalidade. Desde 2008 há demandas muito fortes, e hoje por exemplo há a previsão de atuar na área de esporte, lazer e similares, assim como tratar dos direitos de idosos, entre outros temas.

Francisca Pareci afirmou inicialmente que gostaria que fosse revista a proposta quanto aos seminários, no que tange ao estado do Mato Grosso, onde está previsto se fazer somente um seminário, pois os povos que lá vivem têm se reunido por regiões, que atualmente são 5, e querem discutir suas questões especificamente, inclusive já há distribuição que foi feita em anos anteriores e não é viável se fazer somente uma reunião. Como já dito, a presença do presidente é muito importante, pois as mudanças em curso estão sendo feitas em sua gestão e deve se fazer presente. Sobre a questão da educação, por mais que tenha sido exposto sobre as mudanças na área de jovens e adolescentes, não concorda, pois acredita que a mudança em discussão fere a Constituição, a LDB, e também a legislação específica. Antes havia a noção de que tudo deveria ser “jogado” para o Mec, mas não se pode tratar a educação do mero ponto de vista da escola, pois ela é transversal, perpassa vários temas e os educadores são cobrados por uma atuação mais forte na saúde, na educação ambiental e em outras áreas. Essa mudança vai num sentido contrário aos anseios de 10 anos de trabalho do movimento indígena; conseguiram consolidar o setor e essa seria uma mudança que não coaduna com esse processo. Por mais mérito que têm as pessoas que trabalham na área nova que foi criada, não detêm a experiência para trabalhar nessa área, pois sempre vai se relacionar o tema jovens e adolescentes à educação.



A professora Francisca Pareci argumentou ainda que há algum tempo se pensou inclusive em passar todas essas ações para o MEC, mas houve toda uma movimentação para que isso não aconteça. Além do que não houve conversa com os segmentos para tratar do assunto, a CNPI está posta com o objetivo de conversar e se o tema veio para ela tem que se manifestar. Ressaltando que ela própria não concorda com essa mudança, pois a educação é o setor que mais progrediu, em que mais se avançou e deu visibilidade à Funai, a tal ponto que as secretarias de educação se recusam a trabalhar sem ela. Sendo que não houve diálogo com o setor até o momento, não sabe quando estão pretendendo conversar, estão verificando que há incompreensão na ponta, que está havendo um distanciamento e até a paralisação devido à falta de esclarecimentos nessa área. Insiste que é preciso que fique ligado à área de educação, não ao setor de assistência social, mas criança, jovens e adolescentes precisam estar ligados à educação, que é a área que dá suporte a essas ações, e não vão aceitar que se faça esse tipo de mudança sem se conversar com o setor. Propõe que se discuta com o segmento e se prontifica a participar e não vão aceitar ingerências de cima para baixo.

Quanto ao seminário, no Mato Grosso já estão se organizando e se o problema for quanto aos recursos se colocam à disposição para discutir as parcerias enquanto movimento, colocando-se à disposição para definir as melhores datas para garantir a presença do presidente.

Simone Karipuna foi a próxima a se manifestar, afirmando que já dúvidas sobre como a comissão, que já foi formada, vai poder se inserir no processo da reestruturação; Capitão Potiguara solicitou que não seja feita mudança na forma como vem funcionando a coordenação da Paraíba, solicitando que se dê autonomia à coordenação regional para expedir cartas de anuências sobre os projetos que estão sendo propostos pela comunidade, citando especificamente o caso da criação de ostras, a respeito do qual foram informados que a coordenação não tem autonomia para expedir esses documentos, sendo que este se trata de um projeto atenderá 5 comunidades. Solicitando, ainda, que possa sair desta reunião com a carta assinada em mãos.

Márcio Kretã informou que faz parte da subcomissão de Gênero, Infância e Juventude, assim como integra organização de jovens indígenas de seu estado, afirmando que o trabalho que está sendo feito pela Coordenação Geral de Educação tem seu apoio e que acredita que deve ser mantido. Prosseguindo, Márcio questionou as mudanças que advieram com a reestruturação, afirmando que os indígenas de sua região foram atingidos, pois foram extintas as 3 unidades que existem no estado,



diante do que demandam que seja devolvida a Funai. Com relação ao seminário, que foi proposto que aconteça no estado do Paraná, pergunta porque não foi feito antes, sendo que agora os nervos estão à flor da pele e vão encontrar muita resistência, demandando que o presidente se faça presente. Sendo que havia vários projetos previstos junto ao estado, mas que com a reestruturação foi tudo paralisado, uma vez que Chapecó tem um outro governo e a realidade agora é outra. Concluindo, informou que estaria entregando um documento sobre os 100 anos de indigenismo.

Almir Suruí ressaltou a importância de que sejam realizados os seminários, pois ainda há muita desinformação sobre a nova estrutura; tiveram reunião com Aloysio e Auxiliadora, sendo que nas áreas em que há consenso há necessidade de agilizar a publicação do regimento interno para que possam dar andamento à instituição do comitê regional. Falando especificamente sobre o estado de Rondônia, destacou que se faz muito necessária a conclusão do regimento, que dá subsídio ao funcionamento dos comitês regionais.

O próximo a falar foi o representante da SEPPIR, que fez algumas considerações e apresentou sugestões sobre o processo de realização dos seminários, sugerindo por exemplo que os materiais que venham a ser produzidos pela Funai com relação à reestruturação sejam disponibilizados aos demais órgãos, pois no caso da Secretaria são procurados pelos indígenas e não dispõem qualquer tipo de informação a respeito desse assunto. Pede que não deixem de levar em consideração os índios conhecidos como desaldeados, cuja presença nas cidades tem crescido, chegando à metade da população indígena segundo o IBGE, devendo haver mecanismos para que possam acompanhar os fluxos de informação que circulará nos seminários.

Luana Arantes/MDS manifestou-se sobre os seminários propondo que a participação da bancada governamental se dê no sentido de levar à ponta informações e interlocuções sobre as ações que desenvolvem, até porque a Funai não é a única executora, e muitas vezes há dificuldades em trabalhar com a Funai, que não entende que as ações dos outros órgãos também são de sua responsabilidade. Portanto seria importante esse trabalho junto aos servidores que atuam na ponta. Aproveitando a oportunidade, gostaria de fazer informe, solicitando inclusive que seja aberto espaço para que os órgãos possam normalmente apresentar seus informes para toda a comissão, pois somente na subcomissão não é suficiente. Ao que presidente afirmou que esse espaço já existe, os informes



devem ser feitos durante a apresentação das respectivas subcomissões, quando devem pedir espaço para os informes que tenham relação ao tema.

Prosseguindo, Luana passou ao informe, informando que houve reunião da mesa diretiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, na qual foi aprovada decisão no sentido de que, no próximo encontro do Consea, que acontecerá nos dias 30 de junho e 01 de julho, será dedicado espaço para a discussão de pauta relativa aos povos indígenas, tratando-se de dois pontos – inquérito nutricional da Funasa e sobre a Carteira Indígena. Diante disso propõe que os indígenas da Subcomissão de Etnodesenvolvimento, que são Luis Titiah e Simone Karipuna, participem da referido encontro, representando a CNPI na plenária do Consea, destacando que se dispõem a arcar com os custos de passagens.

Crizanto Xavante afirmou que é preciso levar em consideração as especificidades do povo Xavante ao se propor a realização de seminário sobre a reestruturação, propondo que sejam realizados 4 seminários nas 4 áreas desse povo, lembrando que ainda não foi realizado o seminário sobre o Estatuto que havia sido agendado e propondo que se pense em fazer esse seminário junto com a discussão do Estatuto. Marcos Xucuru pergunta como estão as auditorias que estavam previstas para acontecer nas unidades da Funai.

Respondendo às perguntas, o presidente Márcio dirigiu-se primeiramente para o Capitão, informando que há um orçamento para a regional de Fortaleza, que inclui a Paraíba, e que mantém o que já havia antes do decreto, não havendo previsão de se reduzir esse valor, informando inclusive que acabou de ser descentralizado recurso para atividades produtivas direcionado para a Paraíba; as coordenações têm autonomia para assinar documentos, mas de fato há aqueles documentos que precisam respeitar os processos e as hierarquias, as questões administrativas que cada caso requer.

Respondendo às questões de Almir Suruí, o presidente afirmou que gostaria de esclarecer algo que serve para todos, inclusive relacionado à pergunta de Simone – e que diz respeito à implantação do comitê regional. Pelo que percebeu, estão entendendo que a instalação dos comitês depende da publicação do regimento, no entanto já esclareceu que o comitê já foi criado pelo decreto, onde já consta que ele deve ser paritário, e portanto se já existe o entendimento sobre como vai funcionar, não há impedimento legal para a sua instalação. A forma de funcionamento também não depende do regimento interno da Funai, pois embora ainda não tenha ficado pronto, a proposta da



Funai é que o regulamento de cada comitê seja definido por ele mesmo, respeitando o decreto e a legislação em vigor. Portanto as regiões que têm um comitê pronto para ser instalado já podem instalar e discutir/aprovar o regimento interno do comitê, que deve ser enviado para a Funai a fim de que ela providencie a publicação, e depois será publicado o regimento da Funai.

Almir Suruí afirmou que a regional da Funai está esperando por Brasília, não há o entendimento que acabou de ser colocado pelo presidente. Este por sua vez afirmou que de fato há servidores que estão alegando que não podem fazer nada, que dependem de Brasília, mas isso não é verdade, haja vista o caso do comitê, que já foi criado pelo decreto. Portanto podem sim formar os comitês, discutir o regimento, encaminhar ao presidente da Funai, que tem autorização do decreto para publicar no diário oficial. O regimento da Funai dirá que cabe a cada comitê regional definir o seu regimento interno, e tudo isso será informado nos seminários que a Funai vai realizar.

Almir Suruí comentou ainda que, se querem instalar o comitê, isso gera despesas, perguntando se podem solicitar à coordenação regional que arque com essas despesas, ao que o presidente afirmou que é isso mesmo, devem se dirigir à Funai e solicitar que as coordenações cubram as despesas com a instalação dos comitês.

O presidente afirmou que depois devem se sentar para tratar especificamente da questão de Mato Grosso, que está aberto a conversar, inclusive tendo em vista a questão orçamentária, sendo que pensavam que uma parte do Mato Grosso ficaria com Rondônia.

Sobre a questão da educação, o presidente afirmou que a CNPI é democrática e permite divergências, e de fato pensa diferente de Chiquinha e Márcio Kretã, pois se considerarem a Constituição Federal e a questão da infância e juventude, não poderiam ter criado a Secretaria da Infância e Juventude... Há política pública de educação, que tem que funcionar, o MEC é o responsável pela implementação, junto com estados e municípios; a Funai tem um papel importante nisso, e por isso teve seu papel reforçado. A CGE tem que tratar do jovem e criança no que se refere à educação, mas foi incorporada à estrutura uma área que vai tratar especificamente desses segmentos, antes não havia esse setor e devido a essa ausência a demanda vinha sendo suprida pela educação, mas agora há um setor específico que vai cobrir essa lacuna que vinha sendo atendida pela Educação. De fato há transversalidade – a Funai precisa ter em sua estrutura que acompanhe as políticas do Estado brasileiro, em diversas áreas, deve cumprir essa função, e foi criado um setor para dialogar com os setores sociais,



com o MDS, com a saúde, com outras áreas em que há políticas públicas para os povos indígenas, deve contribuir com elas.

A divergência é que não está excluída da educação sua missão no que diz respeito à educação escolar e para além disso, mas deve também haver setores específicos para atuar e acompanhar as diferentes áreas, ter um setor que cuide disso, que acompanhe as diferentes ações dos diferentes órgãos que afetam o público-alvo junto ao qual atuam. Existem divergências, mas está aberto a discutir e a chegar a uma decisão levando em consideração os pontos de vistas de todos os envolvidos. O que mostra como é complexa a definição do regimento interno, que envolve diferentes áreas e será discutido na CNPI e nos seminários.

Com respeito aos comentários de Márcio Kretã, com relação ao Paraná, o presidente afirmou que esteve em duas reuniões com delegações do Paraná e a questão central é que a unidade gestora ficou em Chapecó, por que não ficar no Paraná, foi levantada pelos Kaingang e Guarany que vivem no oeste do Paraná, que são uma população minoritária; pelo norte, oeste e sul do Paraná, majoritariamente Kaingang e excluindo os Guarany do litoral. À época ficou de estudar a possibilidade e na segunda reunião a Funai reconheceu que a maior parte da população indígena ficava de fato no Paraná e era justa a reivindicação, assumindo o compromisso de que, quando da retificação do decreto, essa mudança seria feita, e quem decidiria o local seriam os povos indígenas da região, os quais decidiram que a sede ficaria em Londrina. Mas a ata da referida reunião registrou também um outro ponto importante: que seria feita reunião no oeste de Santa Catarina e do Paraná buscando a compreensão de todos quanto a essa mudança, considerando a reivindicação justa, que era pelo fato de que lá vive a maioria da população indígenas. Assim, duas pessoas da Funai foram enviadas e os dois servidores passaram por situação delicada de ameaça caso o presidente não criasse uma coordenação específica para o Paraná, o que foi feito sob coação para que fossem liberados. Independentemente desse fato, pois já havia sido assumido compromisso, ele fica mantido, vão atender a reivindicação.

Complementando, e tratando sobre a fala no sentido de que teriam fechado as unidades da Funai, o presidente afirmou que isso é um equívoco, pois foi fechado o acesso ao SIAFI, que é um princípio do decreto, uma vez que cada regional deve ter apenas um acesso ao SIAFI, que no caso do Paraná em Londrina é em Florianópolis; o que não significa que Curitiba e Guarapuava não tenham que trabalhar. A Funai tem 80 servidores na região, que engloba Curitiba, Guarapuava e Londrina, onde



vivem 35 mil indígenas, 4 povos, sendo as terras indígenas de fácil acesso rodoviário, com logística mais fácil – havendo coordenações técnicas previstas para a região, inclusive algumas que não tinham unidade da Funai, portanto, não há fechamento de unidades.

Ressaltando que aceitaram que a UG fique no Paraná, sendo que a mudança depende da retificação do decreto, e no momento estão levantando tudo o que vai ser preciso modificar para que o presidente da República assine tudo de uma vez, uma retificação só. Não houve e não há esquecimento do Paraná; assumiram o compromisso, em uma reunião que teve inclusive a participação de representantes do governo do Paraná. Esteve na PNGATI, quando informou que a Funai continuará mantendo a sua presença na região; foi retirado o acesso ao SIAFI, mas está mantida a presença no estado.

Respondendo à demanda de Alfredo/SEPPIR, tudo o que reivindicou é plenamente possível, a distribuição de material e acesso a informações sobre a reestruturação. Sobre os índios desaldeados, na nova estrutura foi criada, por exemplo, uma unidade da Funai no Piauí, onde se dizia que não haviam indígenas; a jurisdição das regiões vai além do estado em que está a sede da UG, e nos estados que são cobertos pela região também podem haver acordos com os governos locais.

Sobre as auditorias, conforme questionado por Marcos Xucuru, o presidente informou que foram feitas várias auditorias em antigas AERs, e que este é um processo complexo, coordenado pela Auditoria da Funai, sendo que quando é indicada irregularidade o caso segue para a corregedoria. Como encaminhamento, o presidente solicitou que a Secretaria Executiva inclua ponto de pauta da próxima reunião a apresentação, pela Auditoria da Funai, do calendário de todas as auditorias que estão agendadas para acontecer. Marcos Xucuru esclareceu que pergunta isso porque teriam sido verificadas irregularidades cometidas por parte de servidores, no entanto estes continuam na ativa, ao que o presidente afirmou que de acordo com a lei 8112 é preciso seguir todo um rito, que às vezes demora mais que o que se gostaria, mas é preciso seguir a lei.

Sansão Tikuna afirmou que é muito urgente que sejam tomadas medidas possíveis em sua região, denunciando irregularidades com relação à distribuição de cestas básicas. A este respeito o presidente afirmou que precisa cumprir a lei, não pode fazer demissão por rito sumário, e em situações do tipo é imprescindível que seja oficializada a denúncia, que deve ser fundamentada ao máximo,



informando-se os dados do servidor que estaria descumprindo a lei, qual a conduta e as provas, encaminhando essas informações à Funai para que possam tomar as medidas.

Alda Carvalho/AGU afirmou, a respeito das auditagens, que parece estar havendo confusão entre as auditorias que a AGU realiza e as denúncias individuais, que não são de competência da auditoria, mas da corregedoria, explicando que, quando vai equipe de auditoria, não se pode confundir com denúncias contra os servidores, as quais pode apoiar, mas se trata de algo diferente.

Daniela Alarcon, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, deu informe sobre as eleições para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, informando que se encerrou o período eleitoral e não haverá nesse mandato nenhuma entidade indígena representada... A COIAB esteve atuante nesse processo, mas não foi eleita. A propósito, propõe que nos próximos mandatos haja preocupação no sentido de que mais entidades se inscrevam, explicando como se dá o processo, no qual as várias entidades se inscrevem e são votadas, sendo necessário também que se articulem melhor para que consigam ocupar esse espaço. Explicando ainda, apesar desse fato que foi relatado, continuará sendo desenvolvida ação da secretaria voltada para os povos indígenas, ainda que sem representação indígena no Conselho.

Concluindo a discussão sobre a **proposta de realização dos seminários**, o presidente deu **encaminhamento** no sentido de que **a proposta apresentada pela Funai foi aprovada**, com algumas mudanças de locais, propondo que se aprove o mérito e sejam mantidas conversas específicas para as questões pontuais, não tendo havido objeções por parte da plenária. Finalmente, até o final de mês de junho será apresentada a proposta de regimento à comissão, que deverá apresentá-la à CNPI.

### **Pauta da reunião com o Presidente Lula**

Em resposta à pergunta de Anastácio Peralta quanto à pauta da reunião com o presidente Lula, o presidente Márcio informou que inicialmente se tratará da AHE Belo Monte, com apresentação feita pelo representante da Eletrobras, e seguindo o que foi colocado na reunião passada com o presidente Lula, pelos indígenas e levando em consideração também as discussões de hoje, preparou apresentação de 10 minutos, após o que vai deixar o restante do tempo para a fala dos indígenas. Ao que se passou a seguir à discussão sobre quem vai falar, quanto tempo será dispensado



Comissão Nacional de Política Indigenista  
13ª Reunião Ordinária  
Brasília, 01 a 02 de junho de 2010.

para cada um, destacando que deveriam ser apresentados os encaminhamentos ágeis que estão sendo propostos para a questão dos Guarany.

Quanto à pergunta feita por Saulo Feitosa/CIMI, se o governo iria mais uma vez apresentar o projeto de Belo Monte ou se haveria discussão, diante do que, sabendo que vai haver discussão, seria preciso haver intervenção qualificada sobre o assunto, ao que o presidente Márcio afirmou que primeiro haveria explicação do governo, do que vem sendo feito, e depois se passaria ao debate. Finalmente, sobre a questão Guarany, Saulo sugeriu que a própria bancada indígena priorize o assunto.



## **Reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista com o Presidente da República**

A reunião da CNPI com Excelentíssimo Senhor Presidente da República teve início às 16:57, contando com a presença também do vice Presidente da República e dos seguintes ministros: da Justiça, do Meio Ambiente, da Educação, da Cultura, de Minas e Energia, da Saúde, da Previdência, do Gabinete de Segurança Institucional, da Defesa, da Casa Civil, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e Combate a Fome e Ministério do Esporte.

O presidente Lula iniciou a reunião convidando o presidente Marcio Meira para conduzir os trabalhos, o qual informou que na reunião ocorrida na Terra Indígena Raposa Serra do Sol o presidente Lula havia solicitado ao ministro da Justiça que a presente reunião tratasse de Belo Monte e também sobre o que tem sido feito no âmbito da Agenda Social, após o que propõe que passem a ouvir as lideranças indígenas que se fazem presentes. Nesse sentido o presidente Lula apresentou a Ministra da Casa Civil, que informou que o diretor de Engenharia da Eletrobras faria uma apresentação rápida sobre Belo Monte e sobre o trabalho que foi feito com as comunidades da área.

O presidente Lula ressaltou que em Raposa um companheiro solicitou que se discutisse a questão de Belo Monte e resolveu fazer uma discussão aberta para acabar com a idéia de que estão fazendo uma coisa errada e não querem discutir – quer mostrar que não é um assunto tabu e querem discutir. A outra coisa é que houve uma outra reunião dele [presidente Lula] com a CNPI e várias questões ficaram combinadas, mas de lá para cá não foi mais convidado para nenhuma outra reunião e como faltam 6 meses para acabar o governo e não gostaria de ficar em dívida com os povos indígenas resolveu realizar essa reunião.

### **Apresentação sobre Belo Monte e sobre a Agenda Social**

(Vide apresentação em power point)



Ao final da apresentação do presidente da Funai o presidente Lula afirmou que quer que sejam apresentadas grandes questões que ainda estão pendentes, pois já estamos no mês de junho, daqui a pouco não vai mais ser presidente e portanto tem pouco tempo para fechar o que for possível. Sendo que, tomando por base a apresentação feita pelo presidente Márcio poderia pensar que está tudo bem [ao que os representantes indígenas indicaram que não].

O presidente Lula afirmou que está a um bom tempo tentando comprar a **terra para os Guarany** de Mato Grosso do Sul, uns 10 mil hectares para aumentar a terra deles, que seja perto de onde eles estão, e já falou sobre isso com o Mércio, com Márcio, com várias outras pessoas, mas ainda não se chegou a uma solução... Gilberto tem uma lista de terras que poderiam servir a esse propósito e não podem deixá-los como estão, é preciso definir com urgência essa situação.

Um outro ponto que acha fundamental tratar é com relação a **moradia** – há o projeto “Minha casa, minha vida”, que vai construir 2 milhões de casas, e a Funai e a Casa Civil devem discutir uma forma para que um pequeno montante desses recursos seja destinado para construir habitação para os povos indígenas, moradias que sejam adequadas à sua realidade, de forma que possam definir formas para que possam comprometer recursos no projeto com esse fim. Estão fazendo casas para outros segmentos e devem elaborar proposta para que os índios sejam incluídos também, para que sejam feitas casas dentro das especificidades indígenas, atendendo ao seu diferencial.

O presidente Lula prosseguiu afirmando que se inquietou com uma notícia que viu em Belém, no sentido de que o maior desmatamento de madeira da região havia sido registrado em uma terra indígena, lembrando que na apresentação da Eletronorte foram vistas várias fotos mostrando como as terras indígenas são conservadas. A sua opinião é que fica muito mais barato para o Estado pagar um salário para as pessoas que moram lá para tomar conta dessas terras, até porque há terras indígenas em que os índios têm muita dificuldade de sobrevivência e sairia muito mais barato pagarem para que possam cuidar e proteger a sua terra, com o que ao mesmo tempo estariam tendo acesso a fonte de renda. A seu ver não há forma de tomar conta das áreas a serem preservadas sem garantir o sustento das pessoas que nela vivem, ao que o presidente Márcio que poderia se chamar “Bolsa Floresta”. Ressaltando que é importante que sejam criadas as condições para que se possa definir para onde vão os recursos que estão previstos como compensação para a construção de Belo Monte, pois se



não tomarem cuidado esses recursos acabarão sendo direcionados para outras ações que não são tão importantes como essas que estão discutindo.

Assim, pede que o presidente Márcio pense em formas como levar adiante esses 3 pontos, que considera prioritários e que apresentem proposta para que possam adotar medidas ainda neste governo. O presidente Márcio afirmou que a questão das moradias já está sendo discutida, quanto aos Guarany há questões a serem definidas junto à AGU pois há empecilhos jurídicos que precisam ser superados antes que possam tomar as medidas para comprar as terras como foi dito.

Enfim, ressaltou o presidente Lula, devem agilizar essas ações que foram destacadas, pois restam apenas 6 meses de governo, e ao final desse tempo gostaria de ter isso resolvido, de forma que pudessem, por exemplo, marcar a inauguração da faculdade de medicina em Dourados em uma época em que já pudessem também entregar a terra para os Guarany.

O presidente Lula comentou que pediu ao Márcio que coordenasse a reunião até agora, destacando que em sua apresentação da Agenda Social, ao falar dos pleitos, não deixou claro em ponto realmente está cada um, perguntando se tudo o que foi apresentado está realmente encaminhado, pois na apresentação iniciou falando “ok” para cada ponto e depois deixou de falar, então parou de marcar também. O presidente Márcio explicou esclareceu que alguns pontos sim, inclusive está discriminado na apresentação em que ponto está cada um. Ao que o Presidente Lula falou que seria preciso apresentar que for realmente grave, o que for realmente problemático, como divergências entre os ministérios, algo por exemplo que o Ministério do Planejamento não quer que façam, ou seja, aqueles pontos que realmente precisam de uma intervenção e de uma definição do presidente.

Dando prosseguimento, o presidente da Funai abriu a palavra para as falas dos representantes indígenas na CNPI, antes do que o presidente Lula solicitou que sejam sucintos, pois como no dia seguinte será feriado nacional, em breve os ministros começarão a ir embora e é importante contarem com a presença deles para ouvir tudo o que for dito.



## **Fala das lideranças indígenas da CNPI**

A primeira a falar foi a representante indígena **Francisca Pareci**, do estado de Mato Grosso, que cumprimentou a todos e expressou a satisfação de que estejam se encontrando novamente com o presidente Lula, o que mostra que ele está cumprindo os compromissos que foram assumidos junto aos povos indígenas, tanto é que esta é a segunda vez que se reúnem. Em seguida, afirmou que passaria à leitura de uma carta elaborada em conjunto com a APIB e que reúne as reivindicações mais importantes dos povos indígenas do Brasil, transcrita a seguir:

### **A DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS**

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), instância nacional que congrega organizações indígenas regionais, face ao momento político que inclui manifestações públicas e eletrônicas de agrupamentos e membros de determinados povos indígenas focadas basicamente na questão da reestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vem a público fazer os seguintes esclarecimentos:

As organizações indígenas que compõem a APIB, algumas com mais de 20 anos de trajetória, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), às quais vieram se somar a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPIPAN), Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), a Grande Assembléia do Povo Guarani (Aty Guassu) e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), foram iniciativas pioneiras propriamente indígenas de articulação e luta pela defesa dos direitos indígenas.

Fiéis aos anseios e à memória de lideranças tradicionais e políticas que, enfrentando um contexto político adverso marcado pelo preconceito, a discriminação e o racismo de uma sociedade etnocêntrica e um regime de governo autoritário, resultante da ditadura militar, arrancaram do Estado Brasileiro o reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas através da Constituição Federal de 1988. As organizações indígenas da APIB se apropriaram dessa conquista e fizeram valer esses direitos lutando por sua efetivação.

Desta forma, os povos e organizações indígenas conquistaram a demarcação de terras indígenas, embora o passivo de áreas não demarcadas ainda seja grande e vergonhoso, se for considerado o prazo de cinco anos estabelecido pela Constituição. Houve também a apropriação de um novo marco legal que institui o caráter multiétnico e pluricultural do Estado brasileiro, princípio norteador do tratamento diferenciado, que reivindicado pelos povos e organizações indígenas influenciou políticas públicas específicas em áreas como a saúde, a educação, a participação e o controle social.

A dívida social do Estado Brasileiro para com os povos indígenas é sem dúvida gigantesca, contudo, as conquistas de mais de 20 anos de luta, alavancadas pelo grau de organização e lutas acumuladas pelos povos indígenas, suas lideranças e instâncias de representação, não podem ser esquecidas e desprezadas por quem quer que seja, ainda mais neste momento histórico em que as forças inimigas representadas pelo latifúndio, o agronegócio, as mineradoras, as madeireiras, os grandes empreendimentos, enfim, o desenvolvimentismo neoliberal, depredador da mãe natureza e desumano, se aglutinam para reverter os direitos constitucionais dos povos indígenas apostando, como já o fizeram representantes da intelectualidade burguesa nos finais do século passado, na dizimação desses povos para tomar por assalto as terras indígenas e os recursos naturais, hídricos e da biodiversidade que há milhares de anos os povos indígenas preservam.



Diante deste quadro, as organizações que compõem a APIB chamam os povos e lideranças indígenas do Brasil, aqueles que dia a dia enfrentam as arremetidas dos inimigos, para que não arredem o pé na defesa dos seus direitos, tendo em vista as demandas e aspirações não atendidas pelo Estado Brasileiro, principalmente no atual governo, fazendo valer o respeito e a aplicabilidade da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Declaração da ONU sobre os Direitos Indígenas e a Constituição Federal.

Do Presidente Lula, a APIB reivindica que antes que finde o seu governo faça de tudo para cumprir com a agenda de compromissos pactuados, sobretudo no seu segundo mandato, no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) ou diretamente com os povos e organizações indígenas, visando atender as seguintes demandas:

1. Aprovação do Novo Estatuto dos Povos Indígenas, engavetado há mais de 15 anos no Congresso Nacional, Lei infraconstitucional que deverá nortear todas as políticas e ações da política indigenista do Estado.
2. Criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, instância deliberativa, normativa e articuladora de todas essas políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de Governo.
3. Aprovação da medida provisória e implementação da Secretaria Especial de Saúde Indígena e efetivação da autonomia política, financeira e administrativa dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's).
4. Demarcação, proteção e desintração das terras indígenas priorizando casos críticos como Mato Grosso do Sul, que expressam processos etnocidas e de extermínio dos povos indígenas, sob comando de fazendeiros e representantes do agronegócio.
5. Não construção de empreendimentos que impactam direta ou indiretamente as terras indígenas, tais como: a Transposição do Rio São Francisco, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Xingu e na região sul do país, bem como rodovias, ferrovias, portos, linhas de transmissão e outros empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) para evitar estragos irreparáveis à mãe natureza, sobretudo à sobrevivência física, cultural e espiritual dos povos que nelas habitam.
6. Fim da criminalização e prisão arbitrária de lideranças indígenas que lutam especialmente pelos direitos territoriais de seus povos e comunidades, influenciando a soltura de índios detidos de forma injusta e arbitrária como o caso do cacique Babau do povo Tupinambá da Serra do Padeiro, dentre outros tantos.
7. Publicação de Decreto que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas para que todo o investimento e os resultados obtidos no processo de consulta aos povos indígenas não seja em vão.
8. Reestruturação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que há muito tempo é reivindicada pelas organizações indígenas da APIB no intuito de adequar este e outros órgãos, políticas e ações do Governo a um novo patamar da política indigenista, que não seja paternalista, assistencialista, tutelar e autoritário, em respeito ao reconhecimento da autonomia dos povos indígenas consagrada pela Constituição Federal vigente.

Antes, porém, o Governo deve admitir publicamente que foi de sua inteira responsabilidade a determinação de formular e decretar as mudanças previstas no órgão indigenista, não assegurando a devida consulta aos povos indígenas, conforme a Convenção 169 da OIT, mesmo a seus representantes na Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), para afastar de uma vez por todas as acusações, difamações e cobranças feitas a estas lideranças por suas bases, no sentido de terem supostamente consentido com as mudanças sem considerar as reais necessidades das comunidades indígenas. Mas havendo irregularidades, estas devem ser apuradas e os representantes envolvidos responsabilizados, inclusive junto às regiões e organizações indígenas que os indicaram.

Sabendo que se perdeu tempo demais, a APIB reivindica que sejam efetivados os acordos realizados com o Presidente da FUNAI em 11 de fevereiro deste ano, realizando com extrema urgência, sob coordenação das organizações indígenas regionais que compõem a APIB e a CNPI, seminários de esclarecimento ou consultas para colher e acatar os legítimos anseios dos povos e comunidades indígenas, visando ajustar o Decreto da Reestruturação e assegurando, ainda, a efetiva participação dos povos e organizações indígenas na elaboração do Regimento Interno da FUNAI e no processo de indicação de coordenações regionais, de localização



das Coordenações Técnicas Locais e na composição dos Comitês Regionais. É importante que na hora de implantar a reestruturação a FUNAI se preserve as estruturas e ações que de alguma forma deram certo, como na área da educação, visando assegurar o importante suporte que oferecem à atuação de outros órgãos de governo.

A APIB entende que enquanto não for criado o Conselho Nacional de Política Indigenista, a CNPI é um espaço importante de diálogo e interlocução entre o Governo e os povos indígenas, conquistado pela Grande Assembléia Nacional Indígena– o Acampamento Terra Livre. A APIB ressalta, ainda, a importância do trabalho desenvolvido por seus representantes, que possibilitou a consolidação de propostas para o Novo Estatuto dos Povos Indígenas, a elaboração do Projeto de Lei do Conselho Nacional de Política Indigenista e a aprovação e encaminhamento de outras ações, entre outros ganhos, apesar da longa agenda de demandas pendentes.

O atendimento destas demandas até o final do atual Governo, poderá significar a inclusão da questão indígena na centralidade das políticas do Estado superando a prática de ser tratada marginalmente ou como moeda de troca pelos sucessivos governos.

Com relação às distintas manifestações contra a reestruturação da FUNAI, a APIB manifesta o seu repúdio contra as esferas do setor público que permitiram que se chegasse a esse nível e ainda contra indivíduos, setores corporativos e agrupamentos políticos e partidários que se aproveitando do sofrimento e das necessidades seculares dos povos indígenas, manipulam e desvirtuam as lutas indígenas em benefício próprio, prejudicando a materialização de conquistas arrancadas do Estado, a despeito dos interesses contrários das classes dominantes no país. É importante que tais segmentos sejam identificados e responsabilizados por eventuais conflitos entre índios ou destes com as forças da seguridade pública.

Brasília, 02 de junho de 2010.

#### **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB**

**Ak'Jaboro Kayapó**, do estado do Pará, falou a seguir, apresentando-se e informando que foi eleito pelos Kayapó do Pará como seu representante, informando que é sobrinho da liderança Raoni Kayapó e que foi eleito no Mato Grosso, foi indicado, eleito e nomeado para a CNPI. Dirigindo-se ao presidente Lula, afirmou que [os povos indígenas] vão agradecer pelas conquistas que foram alcançadas, pois nunca antes um presidente da República fez reuniões com os indígenas, e agradece porque muita coisa já avançou, com o trabalho do ministro da Justiça, do presidente da Funai e de outros ministros, portanto, muitas coisas estão avançando. No entanto, destacou Ak'Jaboro, preocupou-se muito com Belo Monte, que por um lado é bom e por outro é ruim, pois atinge sim as terras indígenas; a apresentação que foi feita [pelo representante da Eletrobras] mostra que foi feita reunião com as comunidades indígenas, mas a sua comunidade não concorda com Belo Monte, e são contra porque o processo não foi feito de acordo com a lei, não respeitaram e não foram ouvidas as comunidades indígenas, não foi ouvido o Senado Federal primeiro para só aí autorizar. O decreto



legislativo 788 de 1985 não foi respeitado, nem foi consultado o Congresso Nacional... durante os dias que está em Brasília, recebeu ligação dos Kayapó, que pediram para verificar como vai ficar essa situação; e inclusive vem pedindo há tempos ao presidente da Funai para que possa se sentar com o ministro de Minas e Energia e da Eletrobras para conversar sobre esse problema, pois desse jeito que as coisas vão indo está muito perigoso, pode até acontecer de que brancos possam morrer, ele próprio pode morrer primeiro e seu povo também, mas brancos podem morrer também. Há um outro problema, que é a transposição do rio São Francisco, e gostaria de sentar e conversar antes que aconteça muita coisa ruim nessa gestão, como aconteceu no governo FHC, que jogou bomba sobre os índios. Enfim, concluiu Ak'Jaboro, quer que o presidente Lula saia limpo, de cabeça erguida, quando acabar o seu governo.

**Anastácio Peralta**, do estado de Mato Grosso do Sul, cumprimentou a todos, ministros, presidente da Funai, Presidente e Vice-Presidente da República, em nome da criança que está no colo [de Glicéria] cumprimentando também a bancada indígena da CNPI. Afirmou que se percebe que há boa vontade para resolver a questão dos Guarany de Mato Grosso do Sul, mas que a estrutura do país não é muito voltada para os povos indígenas e o meio ambiente; vê o esforço do presidente e sua coragem para resolver a questão Guarany, há leis avançadas, mas há dificuldade em colocar na prática o que os grandes intelectuais escreveram, as leis que foram sendo criadas, pois no Estado brasileiro um boi vale mais do que uma criança indígena, um pé de soja vale mais do que um pé de cedro. O presidente Lula conhece o estado de Mato Grosso, destacou Anastácio, sabe como é a realidade nesse estado, sendo que desde que esteve lá, anos atrás, pouco mudou, pelo contrário, tem piorado.

Prosseguindo, Anastácio Peralta afirmou que precisam mudar o que se passa no país, a mentalidade de quem governa os municípios, pois não se importam com quem vai morrer ou viver, e a própria Funai precisa avançar muito mais, pois é ela que tem de exercer esse trabalho junto aos estados e municípios e muitas vezes não consegue cumprir o seu papel. Há três aspectos envolvidos na resolução dessa questão relacionada ao povo Guarany, que são o governo, a justiça e os técnicos que devem executar as ações, e sempre falta algum desses três, pois quando o governo quer a justiça não permite, quando a justiça permite faltam pessoas para fazer o que é preciso, o que foi decidido, e por aí vai. Analisando tudo isso, prosseguiu Peralta, percebe que no Brasil é muito mais fácil cuidar de quem tem do que de quem é necessitado.



Ouve-se dizer que Lula é pai da América Latina, continuou Anastácio Peralta, e acredita nisso, mas há alguns casos em que é preciso vontade política e coragem para resolver as questões, e nem sempre isso acontece. Cita por exemplo o caso da Terra Indígena Taquara, que para ser resolvido só falta o ministro assinar, e para isso é preciso de coragem, “o Ministro da Justiça precisa ter coragem para tomar essa medida, precisa de um pouco de coragem, assim como a que eu estou tendo agora para lhe falar essas palavras...”. Afirmando ainda que “inteligente é quem escuta bastante, fala pouco e faz”, e tem tentado escutar muito, mas também precisam de ação. Concluindo, destacou que em Mato Grosso do Sul a política não é favorável ao índios, e que é favorável à compra da terra para os Guarany, conforme mencionado pelo Presidente Lula, mas que também gostaria muito que os estudos continuassem, que venham a ser concluídos, para que assim possam saber de fato onde fica sua terra por direito, pedindo finalmente que todos se sensibilizem com a causa Guarany, pois também são brasileiros e estão apenas lutando pelo que é seu de direito.

**Antonio Caboquinho Potiguara**, do estado da Paraíba, cumprimentou e saudou a todos os presentes, ministros, presidente da Funai, da República e vice-presidente. Afirmando que seria objetivo, conforme foi solicitado, endossou a colocação feita por Chiquinha Pareci, solicitando ao Presidente Lula que haja empenho quanto à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, bem como com relação à criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e da Secretaria de Saúde Indígena. Caboquinho destacou ainda que as prioridades que foram estabelecidas pelo presidente Lula para que sejam trabalhadas pelo presidente da Funai são de suma importância, haja vista o que ocorre em sua região, que por exemplo é carente na questão de moradia. Um outro ponto que também é de suma importância na Paraíba diz respeito à fiscalização e proteção das terras indígenas, pois nesse estado enfrentam os latifúndios de cana-de-açúcar e a exploração de madeira. No que se refere à área de atuação do Ministério de Desenvolvimento Social e da Agricultura, solicita a ampliação dos recursos destinados às atividades de fomento, principalmente no semi-árido, onde muitos dependem de cestas básicas para viver, quando na verdade deveriam ser desenvolvidas alternativas de sustentabilidade, o que não acontece devido à falta de acompanhamento técnico e possibilidades de se desenvolverem. Caboquinho ressaltou ainda que, na questão do esporte, há muitas potencialidades entre os povos indígenas, no entanto muitas vezes não encontram apoio para se desenvolver nessa área. Lembrando, finalmente, ao ministro da Pesca e Aquicultura, que esta é uma área em que precisam ter alternativas,



devendo se considerar ainda que há muitos rios que são afetados por agrotóxicos, devendo se investir na fiscalização do uso desse tipo de insumo.

**Brasílio Priprá**, representante da região Sul, foi o próximo a se manifestar, o qual se apresentou e cumprimentou a todos, afirmando em seguida que o cacique de sua aldeia lhe deu a incumbência de agradecer ao presidente Lula, tendo em vista que nessa gestão o governo Lula investiu 7 milhões de reais na área Xokleng, em saneamento e energia elétrica. Prosseguindo, reforçou a fala dos demais representantes indígenas com respeito à importância de que seja atendido o pedido relacionado à saúde indígena, afirmando que estão certos de que já há empenho nessa questão, mas dependem de outras pessoas para que se possa sair desse impasse. Assim como acontece com relação ao Conselho Nacional de Política Indigenista, que é fundamental para que possam ter um canal por meio o qual possam dialogar. Concluindo, destacou a importância de se levar adiante a questão da construção de casas, a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e a criação da Secretaria de Saúde Indígena.

**Toya Manchinery**, do estado do Acre, também cumprimentou a todos, afirmando a seguir que é uma honra participar desta reunião, sendo que nesta mesa só há guerreiros, empenhados na melhoria do país; que o governo Lula trouxe dignidade para os povos indígenas e quando um ministro se empenha para demarcar uma terra indígena mostra a sua dedicação. Solicita a assinatura do decreto que regulamenta a criação da Secretaria de Saúde Indígena e que a Funasa facilite a transição, frisando que está havendo abandono das ações junto aos povos indígenas por parte desse órgão, que não quer que o processo seja efetivado, o que tem inclusive custado vidas. Um outro ponto importante seria a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, que é um espaço para o debate e encaminhamento das questões fundamentais das políticas para os povos indígenas.

Outro ponto destacado por Toya Manchinery seria a aprovação da PNGATI, que será fundamental para implementar a política nacional de gestão ambiental em terras indígenas, lembrando que para que isso se efetive vão precisar de recursos, bem como o aumento dos recursos destinados para a Funai, para que possa implementar com qualidade todas as ações que estão sendo discutidas nas consultas sobre a política nacional. A política trata do reconhecimento dos serviços ambientais e a assinatura do decreto vai fortalecer esse processo. Sobre Belo Monte, sugere que seja feita nova discussão para tentar minimizar ao máximo os impactos e conflitos junto às comunidades envolvidas.



**Arão Guajajara**, do estado do Maranhão, afirmou que, sendo objetivo, a Funasa vem atrapalhando o processo de transição para a criação da Secretaria de Saúde Indígena, pois não entende que os DAS devam ser repassados para a nova secretaria, bem como os recursos do saneamento, e diante disso neste momento poderiam estar comemorando a criação da secretaria, mas isso não está acontecendo por questões políticas interna no âmbito da Funasa. Enquanto isso, as ações na área de saúde estão paralisadas, não são fornecidos nem mesmo caixões e medicamentos, afirmando que a Medida Provisória número 483 precisa ser aprovada para que se efetive a criação da secretaria. O problema é tão grave que, em Roraima, a Funasa informou para os indígenas que estariam suspensos os sobrevôos devido a uma proibição da ANAC com relação à utilização das pistas de pouso.

Um outro assunto tratado por Arão Guajajara disse respeito ao Ministério do Esporte, ao qual solicita que sejam implantadas políticas de incentivo aos atletas indígenas, citando o caso de um atleta indígena que é muito talentoso, estando inclusive entre os melhores de seu estado, mas que não conta com nenhum incentivo para progredir. Diante do que propõe que haja programas específicos direcionados aos jovens indígenas, afirmando finalmente que não adianta haver reestruturação do órgão se não se resolver problemas com relação a fraudes que estão sendo cometidas na área da previdência, os quais demandam apuração e medidas urgentes.

Com a palavra, o presidente Lula afirmou que, de tudo o que foi falado, o que mais o está preocupando é a questão da saúde, e que devem se reunir com o ministro da Saúde e resolver a situação da Funasa o quanto antes, mesmo que seja necessário adotar medidas mais drásticas.

O próximo a falar, o **Capitão Potiguar**, da Paraíba, reforçou os pontos que já foram destacados pelos demais representantes indígenas, reafirmando especialmente a necessidade de se dar a devida atenção à situação do povo Guarany Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Comentando, enfim, que já foi dito algumas vezes que falta pouco tempo para o fim do governo, sendo que, em face da dívida do Estado brasileiro com os povos indígenas, espera que o Presidente Lula venha a se reunir mais uma vez com a CNPI antes do final do seu governo.

**Lindomar Xocó**, de Alagoas, disse que acompanha diretamente a questão da saúde e que desde a segunda Conferência Nacional de Saúde demandam que a saúde indígena seja assumida pelo governo federal, relatando que ele e um grupo de indígenas estão há algum tempo acompanhando briga política que tem sido mantida entre a Funasa e o Ministério da Saúde. Assim como os demais,



pede a assinatura da medida provisória que dá corpo à Secretaria de Saúde Indígena; que seja nomeado o senhor Antonio Alves como secretário; que seja feita gestão junto à bancada do governo para colocar a medida provisória em votação, e que seja transferido o saneamento básico para a secretaria, apesar de se ter notícia de que o PMDB concorda com a criação da secretaria, mas sem o saneamento, embora seja posição dos representantes indígenas que manter o saneamento na secretaria seria fundamental para a saúde como um todo.

**Luis Titiah Pataxó HãHãHãe**, do estado da Bahia, ressaltou que prefere estar garantido em sua casa de palha em sua aldeia, desde que sejam encaminhadas as questões relacionadas à saúde, que tenham acesso a educação de qualidade, a políticas de proteção ao meio ambiente, que se combata a criminalização de lideranças indígenas, e ainda que os povos indígenas tenham garantida a sua autonomia, para não dependerem de cestas básicas para viver. Expressou confiança em que, junto com o presidente da Funai e com o apoio do presidente, nesses seis meses que faltam possam ter razões para, ao final do governo, dar os parabéns, caso tudo o que está no papel tenha se realizado na prática.

**Sandro Tuxá**, do estado de Pernambuco, cumprimentou a todos, ministros, presidente e vice-presidente, agradecendo ao presidente Lula, ministro da Justiça e presidente da Funai pelo decreto de demarcação da terra do povo Tuxá, após 22 anos, terra esta que teve parte inundada pela hidrelétrica de Luiz Gonzaga, em 22/12/2009. Por ser liderança jovem, que acompanhou as conseqüências sofridas por um povo indígena em decorrência da construção de uma barragem, e embora saiba que o país precisa de energia, que os próprios povos indígenas necessitam de energia elétrica, não vê com bons olhos esse tipo de empreendimento, quando afeta povos indígenas. Até porque sabe como ações mitigatórias são complicadas na prática, diante do que fica ainda mais convencido de que deveria ter sido efetivado o mecanismo de consulta previsto na Convenção n°. 169 da OIT. Citando o caso dos índios do rio São Francisco, que não estão vendo reparação pelo que está sendo feito, assim como está acontecendo com os Anacé, que estão lutando pelo seu reconhecimento étnico. Sandro destacou que os índios sabem que isso faz parte do progresso, mas que neste governo foi reacesa a esperança de que poderão lidar com essas questões, sabem que o governo tem a responsabilidade no sentido de ouvir os povos indígenas e tentar contemplar as suas necessidades, pedindo finalmente que os povos que serão impactados por Belo Monte sejam ouvidos, pois um povo que perde seu território perde parte de sua identidade.



**Crizanto Xavante**, do estado de Mato Grosso, disse que fica honrado de participar desta reunião, na qual, ao que percebe, o tom é de despedida, afirmando que pela primeira vez se sentiu honrado e acolhido, embora saibam que todos os anseios dos povos indígenas não dependem somente do presidente Lula, mas sim de todos os órgãos que compõem a federação. Crizanto comentou que é uma honra ter votado no presidente Lula desde o início, comentando brevemente sobre sua experiência política desde então. Em tom bem humorado, afirmou que, assim como o próprio presidente Lula comentou quando esteve em Raposa Serra do Sol, os índios entregam um documento agradecendo e dez pedindo, portanto, agora que já fez os elogios que gostaria de fazer, passaria para a parte em que serão apresentadas também as suas demandas.

Sendo assim, pede empenho dos ministros e da bancada do governo na Câmara e Senado a fim de que seja criada a secretaria, pois esta é a única esperança que ainda resta aos povos indígenas de que vão resolver os problemas relacionados à saúde, sendo que todos nas aldeias estão esperando da CNPI uma resposta positiva nesse sentido. A realidade dos problemas na área de saúde não é vista na televisão, porque não há quem registre o que acontece nas aldeias, mas quem vive lá sabe que as crianças estão morrendo e sendo enterradas enroladas em cobertores, tamanha a falta de assistência. Quanto à reestruturação da Funai, afirmou que o presidente da Funai foi guerreiro, que alguém tinha que agir para mudar um quadro que não tinha condições de continuar como estava; que, enquanto no universo indígena o que vale é a fala, no não indígena o que vale é o papel escrito, a lei, diante do que solicita que sejam feitos os ajustes no decreto que sejam necessários para se adequar aos anseios que têm sido expressos de várias formas.

Devendo essas mudanças ser feitas com a participação da bancada indígena, para que o órgão indigenista chegue onde pode chegar e cumpra seu papel, e de forma a atender também os anseios dos “parentes” que se encontram acampados na Esplanada, não aqueles que estão reclamando porque foram “fechadas as torneiras”, até porque se deve considerar que do mesmo jeito que há brancos malandros também há os índios malandros. Pede que seja feita a desintrusão da Terra Indígena Maraiwatsede, sabendo que os posseiros também precisam de terras, mas que há mecanismos legais para que sejam contemplados com o que lhes cabe. Solicitando ainda que sejam adotadas medidas, que se aja para resolver a questão da terra para o povo Kaiowá.



Concluindo, destacou que os índios não são empecilho para o desenvolvimento, mas sim representam o desenvolvimento com responsabilidade; que fazem parte da sociedade e querem ser ouvidos, para que o país se desenvolva da melhor forma para todos, a fim de que o Brasil seja efetivamente um país pluriétnico e multicultural. Nunca quiseram se separar ou ameaçar esse país, afirmou Crizanto, e sim querem poder viver da sua forma, em seu pedaço de terra, mantendo suas diferenças culturais, mas de forma que sejam ouvidos, quando houver empreendimentos, que sejam ouvidos, não se levando em conta somente a parte técnica de um empreendimento. Finalmente, solicita ainda que seja aprovado o Estatuto dos Povos Indígenas, conforme já destacado pelos demais.

**Glicéria Tupinambá**, de Ilhéus/Bahia, foi a próxima a falar, enfocando a questão da criminalização das lideranças indígenas, a partir do caso vivenciado pelo seu povo, o qual ela afirmou que vem sofrendo muito com esse problema. Sendo que o cacique se encontra preso, bem como o irmão dele, o que adveio da luta pelo território, e em razão do que a comunidade como um todo vem sendo penalizada, inclusive as crianças, que também sofrem com a violência provocada por parte da Polícia Federal e ela própria sofreu ameaças e violência durante e após a gravidez. Com relação à regularização da terra Tupinambá, Glicéria informou que o estudo dos limites está em andamento, e que dependem dessa definição para que possam levar adiante a sua vida, pois sempre viveram nessa terra e nunca viveram em outros lugares. Informando que também está havendo uma pressão muito grande por parte da mídia local, a sociedade está contra a comunidade, e a visita feita pelo Presidente Lula fez a sociedade pensar que o governo federal está contra eles, o que aumentou ainda mais a pressão. Concluindo com o pedido no sentido de que a terra tupinambá seja demarcada o mais rápido possível.

**Marcos Xucuru**, do estado de Pernambuco, destacou que há problemas em todas as regiões do país e o desafio está colocado; afirmou que o presidente Márcio mostrou o que sua gestão na Funai está tentando fazer, dentro de suas limitações, destacando alguns pontos que são centrais para os povos indígenas, quais sejam: a mobilização das bancadas de governo com relação à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que regulamenta a Constituição Federal, ressaltando que há vários outros projetos em discussão no Congresso que esvaziam o Estatuto e acabam fazendo com que ele não ande; e a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, sendo que estão num processo de corrida eleitoral e embora haja esperança de que o governo continue, a CNPI é transitória, e se entrar um governo que não é solidário à questão indígena nada garante que continue existindo. E somente o Conselho poderá garantir a continuidade dessa interlocução, até porque, sendo deliberativo, por meio



dele se poderão buscar de fato avanços na política indigenista. Há avanço no MDS, que é o PAA, mas o órgão tem um número reduzido de funcionários para tocar as ações voltadas para os povos indígenas, a burocracia para acessar esses recursos é grande e os mesmos não são suficientes.

**Simone Karipuna**, do Amapá, pede que o presidente assine um decreto garantindo a realização da 2ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas, comentando ainda sobre a situação das pistas de pouso em sua região, que tem gerado problemas para se garantir o atendimento na área da saúde indígena; cobrou políticas em áreas de fronteira, programas de governo para trabalhar com os jovens em áreas de riscos e a aceleração do programa “Luz para Todos”.

Por último, foi convidado a falar o advogado **Paulo Guimarães**, do Conselho Indigenista Missionário, que integra a representação da sociedade civil na CNPI, o qual afirmou que foi submetida minuta de projeto de lei visando a regular a exploração mineral em terras indígenas, que consta do Estatuto, o que está garantido o artigo 176 da Constituição Federal, segundo o qual a lei estabelecerá condições específicas quanto às atividades de exploração mineral e o aproveitamento de potenciais de energia hidráulica que se desenvolverem em faixa de fronteiras ou terras indígenas. Destacando que há polêmica quanto às hidrelétricas, pois não há lei que regule essas situações específicas, diante do que reclamam que o tratamento jurídico étnico-cultural seja tratado numa lei específica, e o Estatuto tem capítulo que trata sobre isso. Frisando ainda que, segundo o artigo 266 todos os atos que atingem terras indígenas são nulos, salvo o relevante interesse da União, sendo que o projeto de lei complementar nº. 260 tramita há anos no Congresso, e há anos é cobrada essa regulamentação. Sendo o entendimento da Comissão que a lei complementar resolveria os problemas relacionados às obras do PAC, demandando-se a participação dos índios na definição dessas regras.

Concluídas as falas da bancada indígena da CNPI, o presidente Lula afirmou que, depois de tudo o que foi dito, percebe-se que há uma questão prioritária a ser tratada, que é a **saúde indígena**. Afirmando que, a este respeito, foi criada a Secretaria [Especial de Saúde Indígena], porém ao invés de se ter avançado, como esperado, houve retrocesso e diante disso devem decidir imediatamente que medidas adotar, pois é o problema mais grave entre os que foram apresentados.

Quanto às outras demandas, o Presidente Lula afirmou ser importante que tenham claro que o governo não concorda com algumas das coisas que foram faladas, por exemplo a questão da transposição do São Francisco e a construção de Belo Monte, sendo este um tema que imaginava que



tivesse sido discutido, até porque está sendo falado há 30 anos, e ele pessoalmente recomendou que fizessem a discussão junto às comunidades, que adotassem as medidas de reparação, que não chegasse às terras indígenas; além disso, diminuíram o projeto a uma parcela do que era, trabalham com fio d'água, entre outras medidas visando a reduzir ao máximo os impactos. Verifica que precisam aprofundar essas discussões, e este é um processo demorado, que se não puder ser discutido numa assembléia, precisa ser discutido num grupo menor, mas o que não pode acontecer é terem medo de discutir, pois muitos problemas advieram de não ter havido diálogo. Destacando que muita coisa foi aprimorada no projeto do AHE Belo Monte, não podem negar que a discussão foi feita, até porque há várias fotos mostrando as reuniões que foram realizadas com várias comunidades; pode ser que alguns não concordem, mas não podem dizer que esse assunto não foi discutido.

Sobre a reestruturação da Funai, o Presidente afirmou que pode ter havido falhas, no entanto muitos dos índios ajudaram a discutir e portanto o decreto não é do presidente Lula e sim foi feito a partir das discussões feitas também pelos índios. Ressaltando que gostaria de atender também o que querem aqueles indígenas que estão acampados na Esplanada, no entanto tem convicção de que, com essas mudanças, acabaram com práticas nefastas que existiam na FUNAI, assim como acabaram com uma certa podridão que havia no órgão. E a seu ver o que vai consertar os erros que porventura aconteceram é a Funai começar a funcionar, o que é de responsabilidade dos índios também, e portanto devem trabalhar para isso.

O Presidente Lula afirmou que em política ser muito humilde não ajuda, e que a seu ver o mais sagrado nesta gestão foi a construção de nova relação do Estado com os povos indígenas, este será o grande legado que vai ficar. Não basta a vontade do presidente, pois não é só ele que resolve, há os outros poderes, o país tem lei, e às vezes o presidente quer uma coisa e a justiça outra, haja vista o caso de Raposa, em que o governo tomou todas as medidas que podia e após isso ficou aguardando a decisão da Justiça. Depois, tudo estava pronto para a desinstituição, mas não queria que houvesse violência, portanto houve todo um processo de negociação e de diálogo para que tudo saísse da melhor forma possível. Ou seja, o processo democrático é demorado, mas traz maior segurança. Ouviu cobranças quanto à demarcação de terras indígenas, mas é preciso que saibam que o que der para ficar pronto deve ficar pronto, e na semana que vem vai se sentar com o presidente da Funai e ver o que está sendo encaminhado e o que ainda precisa ser feito.



Prosseguindo, o Presidente Lula afirmou que gostaria de confessar que nunca, em seus 8 anos de mandato, nesta ou em outra reunião com a Funai, houve um pedido no sentido de que seria urgente aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas. Portanto, somente agora está ouvindo esse pedido, e quer saber o que está atrapalhando votar... No caso do Estatuto dos Negros a dificuldade era o fato de que havia 500 visões sobre como devia ser o estatuto. Diante do que afirmou que quer saber o que impede a aprovação do Estatuto, pedindo ao presidente Márcio Meira que prepare um histórico em que sejam esclarecidas as razões pelas quais o Estatuto está há 15 anos parado no Congresso. Sendo que, se o problema for de correlação de forças, se o medo é levarem-no para votação e serem derrotados, talvez seja melhor esperar mais um pouco, pois na política há momentos em que é preciso ter sabedoria. Portanto, solicita que seja preparado estudo, uma apresentação concreta das dificuldades que existem para se votar o estatuto, e caso seja só a questão da correlação de forças, talvez devam esperar um momento melhor.

O presidente prosseguiu afirmando que houve a outra reunião dele com a CNPI, realizada no Ministério da Justiça, que foi à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e se não tivesse provocado as pessoas a falar acharia que está tudo ok, quando agora sabe que não. Declarando que fica feliz em saber que, por mais que tenham feito, ainda há muito a fazer, afinal, o atraso é de tantos séculos que, por mais que façam, ainda vai faltar muito a fazer. Lembrando que nas escolas se aprende que os bandeirantes eram os mocinhos, enquanto que hoje se sabe que eram tudo menos os heróis que se fazia pensar que eram. Entretanto, não podem ficar remoendo o passado e sim devem conquistar o que podem conquistar. Será marcada reunião [com o presidente da Funai] nos próximos dias, para resolver o que foi solicitado, sendo que a saúde é urgente, assim como as outras questões, assumindo o compromisso de que voltarão a se reunir novamente, antes de acabar o governo, para ver o que foi possível fazer a respeito desses temas que foram apresentados.

Os índios têm responsabilidade de construir a Funai, afirmou o Presidente Lula, devem fazê-la funcionar, e as outras coisas vão discutindo. Outra questão que considera prioritária é a dos Guarany de Mato Grosso do Sul, sobre a qual vem falando mesmo antes de ser presidente. Ao que neste ponto o presidente Márcio explicou que a Funai tem se empenhado, que foram criados os GTs, todavia, quando os fazendeiros entram com ação no judiciário paralisam o trabalho da Funai, sendo que os estudos devem ser concluídos para que possam comprar a terra, pois deve ser declarada não tradicional para que possam comprar. E de fato a questão política na região somente complica, inclusive os técnicos



Comissão Nacional de Política Indigenista  
13ª Reunião Ordinária  
Brasília, 01 a 02 de junho de 2010.

da Funai estão sendo ameaçados de morte, no entanto vai se reunir com a Advocacia Geral da União para discutir alternativas para atender a solicitação do Presidente Lula.

Sendo assim, concluída a discussão da pauta, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente síntese, a ser aprovada pelos membros da CNPI.

Brasília, 02 de junho de 2010.